



UMA QUESTÃO DE QUALIDADE

DIRETOR GERAL

Vicente de Paulo Tavares Noronha

VICE-DIRETOR

Atila Nunes Marinho

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Atila Nunes Marinho

DIRETORA ACADÊMICA

Irene Noronha Seabra

COORDENADORA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Célia Maria Coêlho Brito

ORGANIZADORA

Céia Maria Coêlho Brito

COMISSÃO EDITORIAL

Célia Maria Coêlho Brito

Christian Neri Lameira

Geraldo Magella Menezes Neto

Paulo Rogério de Souza Garcia

Rinaldo Ribeiro Moraes

Ronaldo Correia da Silva

Dados internacionais de Catalogação – na – publicação (CIP)

Biblioteca da Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA, Belém

– PA

R436 Resumos expandidos de relatórios de investigação científica
(1:2018: Belém, PA), organizado por Célia Maria Coêlho Brito,
Belém: Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA, 2018.
116.f.: 21cm

1. Graduação – Resumos Expandidos. 2. Graduação –
Investigação Científica – Coordenação. I. Brito, Célia
Maria Coêlho (ORG.). II. Título. III. Faculdade Integrada
Brasil Amazônia – FIBRA

CDD. 011.54

Elaborada por Regileina G. Nobre Braga – CRB₂ – 1011

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Célia Maria Coêlho Brito.....5

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Pedro Odival Gomes da Silva.....20

OS MENORES QUE COMETERAM ATOS INFRACIONAIS: A HISTÓRIA FAMILAR, RELIGIOSA E EDUCACIONAL COMO VARIÁVEIS DETERMINANTES NA VIDA DOS INFRATORES

Edir Veiga Siqueira.....26

SISTEMA DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL E A TEORIA DA REDUÇÃO DAS OCASIÕES

Paulo Rogério de Souza Garcia.....34

COMÉRCIO ELETRÔNICO E SEUS ASPECTOS COMERCIAL, TRIBUTÁRIO E CONSUMERISTA: UMA ABORDAGEM NO ESTADO DO PARÁ

Amadeu dos Anjos Vidonho Junior.....42

PRÁTICAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM DO PARÁ

Lucidéa de Oliveira Santos.....52

**5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO
MEMORIAL PELO CENTENÁRIO 1912 a 2012**

Lucidéa de Oliveira Santos.....59

**MEMÓRIA BIOCULTURAL E TERRITORIALIDADE
QUILOMBOLA NO PARÁ**

Raimundo Erundino Santos Diniz.....70

**ESTRATÉGIA COMPETITIVA APLICADA EM
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE BELÉM:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS
PERCEPÇÕES DOS PDIs**

Rinaldo Ribeiro Moraes.....78

**ORDEM SOCIAL NO PARÁ: ANÁLISE JURÍDICA DO
PROGRAMA BOLSA TRABALHO**

Paulo Rogério de Souza Garcia.....84

**ESTUDO DO PERFIL PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DO CURSO DE BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE INTEGRADA
BRASIL AMAZÔNIA**

Ricardo Bentes Kato.....92

**ESTRUTURA PRODUTIVA E PRÁTICAS
COOPERATIVAS NO ARRANJO PRODUTIVO
LOCAL DE GEMAS E JOIAS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM/PA**

Marco Antônio Silva Lima.....102

**MEMÓRIA E SABERES TRADICIONAIS
QUILOMBOLAS NO NORDESTE PARAENSE**

Raimundo Erundino Santos Diniz.....109

APRESENTAÇÃO

Consciente de que a investigação científica é imprescindível para o aprimoramento acadêmico, a Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA, propicia o desenvolvimento de projetos de investigação científica, desde 2010 em diferentes áreas do saber. Quer-se com esta publicação divulgar resumos expandidos dos relatórios técnicos dos projetos concluídos de 2011 a 2014. São 12 ao todo, de autoria de 08 (oito) professores, envolvendo 03 (três) cursos: Administração, Direito e História, com predomínio de resumos do Curso de Direito. De 2011, são 05 (cinco) resumos: 04 (quatro) do Curso de Direito e 01 (um) do Curso de História; de 2012, há 01 (um), apenas, do Curso de História; de 2013, são 02 (dois): 01 (um) do Curso de Administração e 01 (um) do Curso de História; e de 2014, são 04 (quatro): 02 (dois) do Curso de Administração, 01 (um) do Curso de Direito e 01 (um) do Curso de História. Apresento, a seguir, os resumos expandidos mencionados.

O Prof. Pedro Odival Gomes da Silva, do Curso de Direito, no resumo expandido do relatório do projeto de

investigação científica “A evolução dos direitos trabalhistas nas constituições brasileiras”, de sua autoria, enfoca a construção do universo trabalhista nos países de capitalismo central, procurando compreender a trajetória de suas normas no constitucionalismo. O objetivo do projeto foi estudar a evolução dos direitos trabalhistas nas constituições brasileiras e seu estado da arte, partindo da hipótese, que foi confirmada, de que, mesmo que os direitos trabalhistas sejam evidenciados com maior densidade a partir da Constituição de 1937, já se fazem presentes na Constituição de 1824. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica de temas referentes à periodização histórica do Direito do Trabalho no mundo e no Brasil; aos princípios norteadores do Direito do Trabalho; e à trajetória desse ramo do Direito nas constituições federais brasileiras. O projeto possibilitou compreender as mudanças no Direito do Trabalho nas constituições brasileiras como resultado da dinâmica das forças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil.

O resumo expandido do relatório do projeto “Os menores que cometeram atos infracionais: *a história familiar, religiosa e educacional como variáveis*

determinantes na vida dos infratores”, do Prof. Edir Veiga Siqueira, do Curso de Direito, evidencia o estudo realizado sobre a problemática dos menores infratores que vivem na comunidade periférica Radional, do bairro do Jurunas, de Belém – Pará – Brasil, reconhecida como zona vermelha da criminalidade, e que dispõem apenas da rede pública para obter acesso às condições básicas de vida. São investigadas, nesse estudo, três variáveis: a história familiar, a vida escolar e a prática religiosa dos jovens envolvidos. A par dessas, foi construída a variável de controle: jovens que residem na Radional que não entraram na delinquência. A investigação sustentou-se na ideia de que a presença de menores infratores nas periferias da cidade poderia ter explicação relacionada à falência da família, da escola e das religiões. Segundo o autor do projeto, o estudo poderá induzir fortemente a produção de políticas públicas que incidam diretamente na formação moral da juventude bem como contribuir para que o Estado possa melhor intervir na prevenção da delinquência juvenil.

O Prof. Paulo Rogério de Souza Garcia, vinculado ao Curso de Direito, apresenta o resumo de relatório expandido do seu projeto de investigação

científica “Sistema de proteção patrimonial e a teoria da redução das ocasiões”. Analisar os sistemas de proteção patrimonial contra furto e roubo e seu grau de prevenção em face da sua prática foi o objetivo do estudo. A investigação seguiu o modelo de Clarke/Mayhew (1980) e contou com a “teoria do deslocamento” de Repetto (COOK *apud* KILLIAS, 2001). Os dispositivos de prevenção analisados foram: com sistema de segurança patrimonial, sem sistema e controlada em função da evolução do fenômeno antes e depois da implantação do sistema de segurança. Os estabelecimentos pesquisados somaram 135, localizados em 09 (nove) bairros de Belém. O estudo conclui que os meios que tentam reduzir a criminalidade patrimonial podem funcionar quando se tem a proteção específica de algo; que o grau de vitimização aumenta quando não se tem um sistema de proteção; e quando se adota apenas um sistema de proteção ou se opta por um recurso não humano de segurança.

O resumo do relatório expandido do projeto de investigação científica, também pertencente ao Curso de Direito, “Comércio eletrônico e seus aspectos comercial, tributário e consumerista: *uma abordagem no estado do*

Pará”, refere-se ao estudo realizado pelo Prof. Amadeu dos Anjos Vidonho Junior. O projeto volta-se para as consequências jurídicas na área do comércio eletrônico com base em dados da Secretaria Executiva de Fazenda do Estado do Pará – SEFA e Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA. O referencial teórico foi a obra “Aspectos Jurídicos do Comércio Eletrônico”, de Finkelstein (2004). A investigação utilizou o método dedutivo, atentando para a interdisciplinaridade das áreas do Direito Digital, Empresarial, Tributário e do Consumidor. Também se valeu da internet, com dados da *e-bit* e da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE. O ponto fundamental do estudo disse respeito às políticas públicas fiscais necessárias ao desenvolvimento regional, ao bem-estar social, e à erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais. O tema parte dos núcleos teóricos constitucionais dos objetivos do Estado Nacional, previstos no artigo 3º, II da CF de 1988, bem como, dos arts. 1º e 6º da CF/88, na medida em que os incentivos ao comércio eletrônico podem dar acesso aos direitos humanos ao emprego, à educação, à saúde, à comunicação e à informação.

Do Curso de História, a Prof^a Lucidéa de Oliveira Santos, no resumo expandido do relatório do projeto de investigação científica que realizou, “Práticas do ensino de História na educação básica de escolas públicas de Belém do Pará”, expõe acerca da prática de professores de História de jovens e adultos/EJA. Embasou-se nas orientações de André (2008), Bôas (2004), Smidth e Cainelle (2004); nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio; e nas Leis 9394/1996 e 11.645/2008. Por meio de entrevistas, questionários e instrumentos para registro de observação direta, o estudo verificou haver alunos com dificuldades de leitura e escrita; alunos analfabetos funcionais; alunos com baixo desempenho; bem como frequente evasão escolar. Procurou identificar o que levava os alunos a obterem notas baixas e inferiores às exigidas pela instituição. Concluiu que esses problemas, além de estarem ligados a práticas metodológicas inadequadas, em grande parte, estão relacionados a fatores intra e extramuros da escola. Observou, ainda, que as Diretrizes Curriculares Nacionais da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena não foram implementadas.

Também a Prof^a Lucidéa de Oliveira Santos apresenta o resumo expandido do relatório de outro projeto de investigação científica que desenvolveu, intitulado “5º Grupo escolar Barão do Rio Branco memorial pelo centenário 1912 a 2012”. Traça como objetivo de investigação registrar passagens históricas da aquisição e reforma do prédio em que hoje funciona a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barão do Rio Branco, ressaltando o valor arquitetônico que representa para o patrimônio histórico do Estado do Pará bem como destacar os aspectos mais relevantes da trajetória de vida do Barão do Rio Branco. O estudo embasou-se em dados documentais da memória político-institucional disponibilizada em arquivos públicos ou governamentais. Fundamentou-se, ainda, em depoimentos de pessoas influentes na área cultural do estado e pertencentes ao quadro funcional da escola.

O resumo expandido do relatório do projeto de investigação científica “Memória e saberes tradicionais quilombolas no nordeste paraense”, desenvolvido pelo Prof. Raimundo Erundino Santos Diniz, do Curso de História, apresenta as estratégias de permanência e autonomia dos quilombolas da comunidade quilombola

Canta Galo, localizada na região nordeste do Pará. Investiga, no projeto, a etno-história e os processos de territorialização construídos, seguindo o que dita a Constituição de 1988, que salientou a necessidade em se considerar a diversidade étnico-cultural do país, a preservação da memória e o patrimônio histórico material e imaterial de diferentes grupos étnicos. Observou que a comunidade quilombola do Canta Galo, mesmo tendo-se mobilizado pela titulação do território, para garantir seu reconhecimento perante os poderes públicos, encontra-se desprovida de serviços básicos de saúde, saneamento, educação e liberação de recursos.

O Prof. Rinaldo Ribeiro Moraes, do Curso de Administração, no resumo expandido do relatório do projeto de investigação científica que realizou, “Estratégia competitiva aplicada em instituições de ensino superior de Belém: *um estudo de caso a partir das percepções dos PDIs*”, apresentou o objetivo da investigação desenvolvida, qual seja: Verificar as noções e posições competitivas nos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI – de quatro instituições de ensino superior – IES, privadas do estado do Pará. Destacou o papel dos fundamentos do planejamento estratégico nas

IES paraenses referente à teoria das cinco forças de Porter (1998), como suporte para proceder à análise das estratégias competitivas seguidas pelas IES, e a matriz SWOT, usada para a avaliação ambiental externa e interna. Registrou os benefícios das instituições referidas em relação a uma missão diferenciada; a estratégia de efetivação de resultados usada pelas gestões acadêmicas; e o alinhamento dos planos estratégicos com as organizações mercadológicas.

O resumo expandido de outro projeto de investigação científica de autoria do Prof. Paulo Rogério de Souza Garcia, do Curso de História, “Ordem social no Pará: *análise jurídica do programa bolsa trabalho*”, tece críticas e enumera sugestões dispostas no projeto, para se repensar a ordem social no Pará, em termos de políticas públicas de inclusão da juventude. O estudo analisa juridicamente o Programa Bolsa Trabalho (PBT) e seus efeitos no Estado do Pará. Dos três eixos de ação contemplados pelo programa: capacitação e inserção dos jovens no mercado de trabalho; empreendedorismo individual e familiar; e economia solidária, ressalta que a atenção se volta para o primeiro eixo. Respaldam a investigação os conceitos relacionados à ordem jurídico-

social e à a ordem social na constituição federal de 1988. O estudo procedeu a uma análise do contexto global da economia política no século passado bem como do direito brasileiro e confrontou as doutrinas keynesiana e monetarista/neoliberal. Deu realce às ideias de Sen e Stiglitz (2010) acerca da desigualdade e recorreu à pesquisa de Barbosa e Nascimento (2010) para a obtenção dos dados relativos ao PBT e aos demais indicadores que determinam a distribuição de renda e de riqueza, e o desenvolvimento social. Buscou subsídios na Lei 7.036/2007, que instituiu o PBT; e no Decreto 576/2008, que o regulamenta.

O Prof. Ricardo Bentes Kato, do Curso de Administração, no resumo expandido do relatório do projeto de investigação científica “Estudo do Perfil Profissional dos Egressos do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Integrada Brasil Amazônia”, discorreu sobre o histórico da educação superior brasileira, salientando que a investigação feita se contextualiza no período correspondente ao novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, à desnacionalização da economia brasileira, à transformação da estrutura do mercado de trabalho e à

terceirização e reforma do Estado. O estudo visou a analisar o perfil dos egressos do Curso de Bacharelado em Administração, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA, quanto às dimensões: acadêmica, profissional e econômica, tecendo considerações quali-quantitativas respaldadas em dados obtidos por meio da aplicação de questionários. O projeto concluiu que as três dimensões avaliadas apresentam mais senões que aspectos positivos, quanto ao Curso. Sugestões, ao final, são dadas para a melhoria do Curso tais como: correlacionar de forma mais efetiva, na matriz curricular, a teoria com a prática; criar novas disciplinas com tendências do mercado; promover nos estágios supervisionados maior ligação entre teoria e prática; e incentivar a pesquisa durante a graduação.

O resumo expandido do relatório de investigação científica do projeto “Estrutura produtiva e práticas cooperativas no arranjo produtivo local de gemas e joias da região metropolitana de Belém/PA”, coordenado pelo O Prof. Marco Antônio Silva Lima, também pertencente ao Curso de Administração, apresenta como *lócus* da investigação o arranjo produtivo de gemas e joias da região metropolitana de Belém, que já vem passando por

transformações desde 1997, quando o governo do estado implantou um Programa de Desenvolvimento de Gemas e Joias do Pará, que passou a fazer parte do Plano Plure Anual (PPA). A proposta de pesquisa foi, assim, realizar uma investigação sobre alguns dos conceitos basilares da abordagem do arranjo produtivo local (APL). O estudo, de caráter exploratório, identificou e analisou a configuração do arranjo produtivo de gemas e joias na região metropolitana de Belém, avaliando a intensidade das práticas de cooperação bem como a relevância das vantagens. O universo investigado envolveu os produtores que participavam do Programa de Desenvolvimento de Gemas e Joias do Pará. Foi observado que as atividades desenvolvidas do polo joalheiro de gemas e joias da região metropolitana de Belém ainda não estão em um nível de desenvolvimento avançado e que as atividades de cooperação começam a ganhar força com a integração do *designer* das joias e das embalagens. Espera o autor, com este estudo, gerar subsídios para a elaboração do plano de desenvolvimento do APL de gemas e joias da região metropolitana de Belém.

O Prof. Raimundo Erundino Santos Diniz, do Curso de História, no resumo expandido do relatório de outro projeto de investigação científica desenvolvido, “Memórias e Saberes Tradicionais Quilombolas no Nordeste Paraense”, trata da História e Cultura Afro-Brasileira no Pará, com o objetivo de destacar a importância dos saberes tradicionais quilombolas sobre as questões socioambientais na história da Amazônia. Evidenciou, em seu estudo, que a imagem do grupo quilombola influencia diretamente na identidade de cada indivíduo que o compõe, possibilitando o debate a história de negros e negras em outras análises relacionadas à “História e natureza” ou “História ambiental”. Utilizou registros imagéticos, entrevistas e o uso do GPS para a análise realizada. Percebeu que o grupo é mutável e multicultural. Relacionou questões referentes à manutenção e ao reavivamento do conhecimento tradicional e ao saber venatório repassados dentro das comunidade. Para fortalecer o reconhecimento do Estado, notou ser importante a formação e união das comunidades tradicionais. A maior parte das comunidades em que os integrantes não se identificam com o grupo são as em que faltam escolas e

creches, unidades de saúde e o transporte inexistente ou é precário.

A Faculdade sente-se orgulhosa pelos frutos colhidos dos projetos de investigação científica realizados, reconhecendo que substanciam seus propósitos institucionais de ensino e extensão, e também contribuem com o desenvolvimento científico, ao refletirem conhecimentos novos pertinentes ao contexto social e acadêmico.

Prof^a Célia Maria Coêlho Brito
Coordenadora de Investigação Científica

2011

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Pedro Odival Gomes da SILVA

Pedro Odival Gomes da SILVA. **A evolução dos direitos trabalhistas nas constituições brasileiras.** Projeto de investigação científica do Curso de Direito – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2010.

O Direito do Trabalho nos últimos dois séculos vivenciou algumas fases de formação e consolidação, com características diferentes entre si. Para compreender a origem histórica desse ramo jurídico e sua consolidação no Brasil, esta pesquisa elucidou a construção do universo trabalhista nos países de capitalismo central. Voltado essencialmente ao amparo do empregado, o Direito do Trabalho tornou-se uma das áreas mais atuantes do Direito no Brasil nas últimas décadas. Desde sua instituição oficial, cujo marco considerado é a criação das Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT), muitas normas foram estabelecidas em prol do desenvolvimento das relações entre empregado e empregador. Com o estabelecimento da sociedade global,

impulsionada pela revolução técnico-científica, pelos avanços tecnológicos e mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais, políticas e espaciais, alguns questionamentos circundam a aplicação prática do Direito do Trabalho e geram impasses entre doutrinadores nas classes patronal e trabalhadora. Nesse novo cenário, torna-se relevante realizarem-se pesquisas no âmbito constitucional para subsidiar novos estudos, especialmente, no intento de compreender a trajetória das normas trabalhistas no constitucionalismo. Os objetivos gerais do projeto foram estudar a evolução dos direitos trabalhistas nas Constituições brasileiras e estudar o estado da arte sobre essa temática. O problema central da pesquisa remeteu à seguinte questão: Em que momento os direitos trabalhistas dos trabalhadores brasileiros emergem nas constituições nacionais? Para responder a essa questão, propôs-se a hipótese: Mesmo que os direitos trabalhistas sejam evidenciados com maior densidade a partir da Constituição de 1937, esses já se fazem presentes embrionários desde a Constituição de 1824. A metodologia empregada consistiu em pesquisa bibliográfica. Os temas investigados disseram respeito à periodização histórica do Direito do Trabalho no mundo e Brasil; aos princípios

norteadores do Direito do Trabalho; e à trajetória desse ramo do Direito nas Constituições Federais brasileiras, destacando as principais mudanças e contextos sociais, econômicos e políticos. A pesquisa descreveu o percurso evolutivo dos direitos trabalhistas, como segue. A Constituição de 1924 aboliu as corporações de ofício e reconheceu a liberdade do exercício de ofícios e profissões. Sob sua vigência, leis importantes abriram caminho para o trabalho livre. Também lançou as bases para um Estado Nacional centralizado, pré-requisito para verificar futuramente a legislação trabalhista nacionalmente. A Constituição de 1891 aprimorou a anterior. Embora não tenha dedicado artigos específicos à causa trabalhista, reconheceu o direito do trabalhador em defender seus interesses e de se associar, estabelecendo as bases para a organização institucional da classe trabalhadora na defesa de seus direitos. A Constituição de 1934 defendeu com veemência os direitos humanos de segunda geração e a perspectiva de uma democracia social. Manifestou a expressividade dos direitos dos trabalhadores no âmbito jurídico nacional e iniciou a previsão de direitos que seriam mantidos nas constituições sucessoras, como o direito ao salário mínimo, proibição do trabalho infantil, entre outros. A

Carta Magna de 1934 manifestou a intervenção do Estado em se antecipar às reivindicações dos trabalhadores. Por isso, o reconhecimento dos direitos trabalhistas estava subordinado aos interesses do Estado populista. Essa prerrogativa ficou evidente no enquadramento dos sindicatos e pela criação das Juntas de Conciliação. A Constituição de 1937 fixou as diretrizes da legislação trabalhista, manteve algumas determinações da Carta Magna anterior e incluiu outras bem como caracterizou o trabalho como dever social. Foi a partir daí que a legislação trabalhista se firmou, apresentando avanços na legalização dos direitos trabalhistas. Todavia, manifestou interesses antissociais, como o veto à greve e ao *lock-out* (Art. 139). Manteve, também, o sindicato vinculado ao Estado. A Constituição de 1946 manifestou um novo contexto constitucional de redemocratização do país, numa década em que os direitos sociais adquiriram espaço no Brasil. Recepcionou muitos dos direitos trabalhistas adquiridos com a Constituição de 1937 e apresentou avanços em outros, como o direito de greve (Art. 158). Embora tenha entrado em vigência no momento do regime militar, a Constituição de 1967 seguiu as ideias da Carta Magna de 1946, manteve os mesmos direitos trabalhistas já

estabelecidos, incluiu outros, como o seguro-desemprego, definiu com maior eficácia tais direitos e valorizou o trabalho como condição da dignidade humana (Art. 160, II). A Constituição de 1988 expressou um novo paradigma democrático no Brasil, após um período de ditadura militar. Assegurou os direitos sociais já conquistados e apresentou um conjunto de medidas protetivas ao trabalho, algumas já existentes nas Constituições anteriores. Estabeleceu a equiparação dos direitos entre os empregados urbanos e rurais, com relevância para o FGTS, estendido ao empregado rural. Embora tenha feito desaparecer a estabilidade decenária, protegeu o empregado contra a demissão arbitrária. Inovou ao unificar nacionalmente o salário mínimo e alterar o sentido da participação nos lucros, que antes possuía feição salarial, deixando de ser desvinculada da remuneração, mantida, excepcionalmente, a participação do emprego na gestão. A análise da evolução dos direitos trabalhistas permite responder à questão central da pesquisa: Em que momento os direitos trabalhistas dos trabalhadores brasileiros emergem nas constituições nacionais? Ficou claro que desde as primeiras constituições surgiram condições favoráveis aos direitos trabalhistas, porém esses foram adquirindo expressividade

paulatinamente e se firmaram a partir da Constituição de 1937, o que confirma a hipótese levantada, como resposta ao problema: “Mesmo que os direitos trabalhistas sejam evidenciados com maior densidade a partir da Constituição de 1937, esses já se fazem presentes embrionários desde a Constituição de 1824” A pesquisa possibilitou compreender as mudanças no Direito do Trabalho nas constituições brasileiras como resultado da dinâmica das forças política, econômicas e sociais ocorridas no Brasil. Porém a História tem mostrado que muitas injustiças têm prevalecido e só passaram a ser superadas por meio de luta, reivindicações, movimentos, revoltas, culminando com a determinação de leis. Ficou evidente que o Direito do Trabalho é um fenômeno típico do século XIX e das condições econômicas, sociais e jurídicas surgidas nesse período, as quais trouxeram reflexos em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Constituições Brasileiras. Constitucionalismo. Carta Magna de 1934.

**OS MENORES QUE COMETERAM ATOS
INFRACIONAIS: A HISTÓRIA FAMILIAR, RELIGIOSA E
EDUCACIONAL COMO VARIÁVEIS DETERMINANTES
NA VIDA DOS
INFRATORES**

Edir Veiga SIQUEIRA

SIQUEIRA, Edir Veiga. **Os menores que cometeram atos infracionais: a história familiar, religiosa e educacional como variáveis determinantes na vida dos infratores.** Projeto de investigação científica do Curso de Direito – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2010.

Este estudo relaciona-se à problemática dos menores infratores que vivem nos bairros periféricos e que só dispõem da rede pública para obterem o acesso às condições básicas de vida como: saúde, educação e assistência social. Foi realizado em uma comunidade do bairro do Jurunas em Belém – Pará – Brasil, denominada de Radional, reconhecida nas estatísticas policiais como situada em zona vermelha da criminalidade. O objetivo foi verificar se há correlação da história familiar, religiosa e educacional dos jovens infratores dessa comunidade com

suas vidas presentes. As estatísticas oficiais informam que grande parcela dos crimes praticados em Belém advém de jovens infratores e envolve pessoas pobres do sexo masculino que costumam ser mortos até os 29 anos. Essa realidade social exige estudos sistematizados e a busca dos diversos fatores causais que possivelmente determinam essa situação calamitosa para os jovens, suas famílias e a sociedade como um todo. A persistência das estatísticas em torno da criminalidade iniciada na juventude vem demonstrando, empiricamente, que as políticas públicas têm sido ineficazes para preveni-la estruturalmente. Nos últimos 15 anos muitos esforços têm sido empreendidos pelo governo central e estadual com vista a enfrentar a problemática. Políticas de transferências de rendas para as famílias abaixo da linha da pobreza visam à retirada de jovens e adolescentes das ruas e sua condução prioritária às salas de aulas, mas a expansão do ensino fundamental com a inclusão de 97% das crianças nas escolas tem deixado resultados abaixo da expectativa, quando observamos as estatísticas crescentes da delinquência de menores, adolescentes e jovens até os 24 anos. Neste trabalho foram investigadas três variáveis relacionadas à socialização dos jovens na sociedade: a história pessoal e

familiar, prática religiosa e a vida escolar. A opção metodológica fundou-se na ideia de que a enorme presença de menores infratores nas periferias da cidade poderia ter alguma explicação relacionada à falência da organização familiar, das escolas e do papel das religiões como instrumentos de coesão e pacificação da sociedade. A par das três variáveis, foi construída uma variável de controle: jovens que residem na Radional, mas que não entraram na vida de delinquência. A partir da coleta de dados, na quantidade similar, entre jovens infratores e não infratores, foi mensurado o peso que as três variáveis tiveram na vida e nas histórias educacionais e religiosas desses jovens; foi traçado o perfil subjetivo dos jovens infratores; e verificado se a ausência dos fatores subjetivos (moralidade e educação) apresentavam peso determinante entre os delinquentes em causa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários de entrevistas, entre os jovens infratores dessa comunidade e não delinquentes, entre 13 e 18 anos. A coleta de dados segmentou os jovens por sexo e faixa etária. Os resultados apontaram que $\frac{3}{4}$ dos menores infratores têm como chefe de suas famílias a mãe, pois os pais são separados. Nesse contexto, os menores têm grande chance de serem “criados” no entorno de suas casas

e influenciados pelos colegas de ruas. Foi observado que, em 67%, quem sustenta as casas desses menores são as mães e que em apenas 10% os pais são os mantenedores. A base de sustentação dessas famílias situa-se, portanto, no território do trabalho feminino e de caráter informal como: serviços domésticos, gerais e outros, perfazendo o percentual de 80% dos tipos de ocupação. O percentual dos menores infratores que abandonaram a escola chega a ser de 17%. Os que abandonaram a escola o fizeram porque não conseguiam aprender. O futebol continua sendo a preferência majoritária dentre os menores, tenham eles cometido atos infracionais, ou não. Os menores que não cometeram infrações mostraram preferência por assistir à TV, enquanto os menores infratores informaram que preferem frequentar *lan houses* e baladas. Os infratores não praticavam esporte no espaço escolar, na proporção de 47%. Esse percentual cai para 22% dentre os não infratores. Os infratores não praticavam seu esporte no espaço escolar na proporção de 47%. Esse percentual cai para 22% dentre os menores não infratores. Na escola, em 39%, os infratores gostam de estar com os amigos. Essa proporção cai para 10% dentre os não infratores. O percentual de infratores que não têm acompanhamento escolar em casa é superior em

relação ao dos não infratores. Os não infratores trabalham para ajudar a família, em 42%, e os menores infratores, em 6%. Pelo fato de o pai ser o principal mantenedor das famílias com jovens não infratores, 54% desses não entram precocemente no mercado de trabalho. Já os menores infratores entram muito cedo no mercado de trabalho, em 78%. Mais de 60% desses menores infratores ajudam seus pais em ocupações eventuais como: bicos, serviços gerais, lavagem de carros, venda de balas, portanto, em atividades realizadas ao “relento”, sujeitos à influência das ruas. Por outro lado, 17% não faziam qualquer atividade de apoio à sua família. Esse menor, não tendo acompanhamento escolar em casa e ocupação, levando uma vida vazia e sem rumos, facilmente é cooptado ao mundo das infrações. Quanto à história religiosa, 86% dos infratores informaram que suas famílias são católicas; 76% dos jovens não infratores, que suas famílias são evangélicas. Pareceu que a religião católica não é decisiva para evitar que menores entrem no mundo da infração. Ficou evidente o ativismo das igrejas evangélicas, 61% das famílias católicas dos jovens infratores não costumam levar seus filhos à igreja. Percebeu-se que foi flagrante o papel socializador das igrejas evangélicas na comunidade Radional, em

detrimento do papel da igreja católica. Recebiam aulas de educação religiosa 51% dos jovens não infratores, enquanto os infratores recebiam esse tipo de aula, em apenas 17%. Chamou atenção, no entanto, o fato de os infratores saberem mais orações do que os jovens não infratores. Possivelmente isso está relacionado ao grande perigo que aqueles menores passam no dia a dia. Observou-se que dentre os menores infratores foram as avós (58%) que mais lhes falou de Deus, pois são essas que tentam “segurar” a famílias já que as mães quase sempre passam o dia trabalhando fora de casa. Os menores infratores, em 94%, sabem que cometer crime é errado, mas, mesmo assim, incorrem em infrações. A grande maioria dos atos infracionais foi cometida com o objetivo de capturar bens materiais. Talvez o desejo de consumo seja a maior motivação do ato infracional. Viu-se que existe equívoco quanto ao papel do poder judiciário e do poder executivo. Os jovens infratores acreditam (44%) que a função do juiz é aplicar as leis, enquanto 44% dos jovens não infratores julgam que a função do juiz é garantir a justiça. Os jovens infratores têm muito claro qual o papel da polícia, enquanto os jovens não infratores, em 20%, creem que o papel da polícia é, apenas, punir os criminosos. Os jovens infratores

não sabem para onde ir quando deixam a atividade infracional. Quanto a esse ponto, revela-se o abandono sob qual se encontram esses jovens. Quando os menores infratores passaram pelas instituições correccionais, 86% não aprenderam nenhum ofício e não fizeram nenhum curso, dado esse revelador da falência da política de ressocialização da segurança pública. Dos entrevistados infratores, 58% declaram que seus melhores amigos são suas respectivas mães, enquanto 90% dos jovens infratores disseram que seus melhores amigos são os colegas. O melhor amigo do jovem infrator, em 75%, trabalha. O melhor amigo dos jovens não infratores, em 56%, estuda. A idade do melhor amigo dos jovens não infratores varia entre 17 e 20 anos (71%); já do melhor amigo dos jovens infratores varia entre 31 e 40 anos (53%). Esta pesquisa poderá lançar novas luzes sobre a vida familiar, religiosa e social de jovens criminosos e induzir fortemente a produção de políticas públicas que incidam diretamente sobre a melhoria da escola pública de ensino fundamental e sobre a formação moral da juventude. Poderá também contribuir no diagnóstico das variáveis relacionadas à delinquência juvenil; e, assim, contribuir para que o Estado possa melhor intervir em sua prevenção.

Palavras-chave: Menor infrator. Delinquência juvenil. Comunidade Radional, Belém – Pará – Brasil.

SISTEMA DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL E A TEORIA DA REDUÇÃO DAS OCASIÕES

Paulo Rogério de Souza GARCIA

GARCIA, Paulo Rogério de Souza. **Sistema de proteção patrimonial e a teoria da Redução das ocasiões**. Projeto de investigação científica do Curso de Direito – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2010.

A investigação em causa teve por objeto analisar os sistemas de proteção patrimonial contra furto e roubo e seu grau de prevenção em face da prática desses crimes. Partiu da “teoria da redução das ocasiões” seguindo o modelo de Clarke/Mayhew (1980), cuja ideia central é retirar os meios de cometimento do crime ou eliminar os ganhos com o objeto “roubado”, para redução da criminalidade. De outro lado, considerou-se a “teoria do deslocamento” de Repetto, a qual sugere que a cada novo dispositivo de prevenção ocorre uma adaptação, pois a motivação independe da ocasião, sendo os criminosos indiferentes às vantagens ou inconvenientes materiais, o que distinguiria tais sujeitos do ser não criminoso (COOK *apud* KILLIAS, 2001, p. 313).

Para testar tal teoria, estabeleceu-se uma amostragem distribuída em três grupos: com sistema de segurança patrimonial, sem sistema, e controlada em função do tempo (evolução do fenômeno antes e depois da implantação do sistema de segurança). Analisaram-se algumas variáveis como o tipo de delito, a localidade, o tipo de sistema de proteção, o tempo (antes sem sistema e depois com sistema). Além das perguntas fechadas para controle das variáveis, estabeleceu-se um diálogo aberto com os interlocutores para entender os casos que não se enquadrariam no modelo teórico supracitado. Foram pesquisados 135 estabelecimentos, distribuídos em 51 tipos, em 9 (nove) bairros de Belém. Em função do sistema de segurança, foram registradas 56 amostras de estabelecimentos com sistema de segurança (42%). A taxa de incidência de furto e roubo com sistema de segurança, considerando que o estabelecimento possui sistema desde sempre, revelou um percentual insignificante de casos de furto (7%). Isso significa que quem possui sistema de segurança tende a ser menos vítima de delitos patrimoniais. Sistema isolado significa o emprego de um sistema apenas e sistema combinado, aquele em que é adotado mais de um sistema. Pudemos observar que o tipo de sistema de

segurança isolado (59%) foi superior ao modo combinado de segurança. A distribuição entre uma escolha e outra não representou uma diferença significativa porque, em apenas uma unidade da amostragem, se observaram 2 (dois) casos de furtos. A adoção de um anteparo que dificulte ou impossibilite o cometimento é conveniente, e isso independe da localidade. Já a taxa de incidência de furto e roubo sem sistema de segurança revelou que esses casos somaram 76%. Uma análise preliminar sugeriu que a ausência de sistema de segurança realmente não inibiu a ação criminosa. Observou-se que, antes da implantação do sistema de segurança, registraram-se 26% dos casos contra 74% dos casos depois da adoção de algum tipo de sistema de segurança. Embora a evolução do fenômeno possa sugerir que a aplicação de algum tipo de sistema de segurança não seja eficaz, a análise revelou o inverso. Depois da adoção de algum sistema de segurança, por exemplo, registraram-se 9 (nove) casos de tentativas, sendo os delitos evitados por causa da vigilância humana, ação de segurança ou funcionário do estabelecimento, do uso de cerca elétrica ou de câmera, sobretudo por conta de um sistema conjugado, *v.g.*, vigilância humana com auxílio de câmera. Dos delitos consumados após o emprego de

algum sistema, observaram-se 28 casos registrados. Desses, o fenômeno se explica pelo emprego de apenas “um tipo” de sistema de segurança e a preferência pelo uso de “câmera”, que sugere não ser inibidor da ação criminosa, somando 18 casos. Em segundo lugar, tem-se a porta-eletrônica como sistema um pouco menos inibidor (3 casos), se empregado de modo isolado. Analisando o tipo de arma empregada nos 50 casos, verificou-se o emprego de arma de fogo com mais frequência e o de faca com menor incidência. A recorrência à arma de fogo ainda representa o meio mais eficaz na prática criminosa. O uso de arma de fogo consumou o cometimento do delito 13 vezes, onde na maioria dos casos o estabelecimento possuía apenas câmera de vigilância. Nos casos em que o índice de crimes é menor ou onde houve apenas tentativa, observou-se que o meio mais utilizado é a vigilância humana ou um sistema conjugado: cerca elétrica e vigilância humana; câmera, cerca-elétrica e cão; câmera e cerca-elétrica; câmera e vigilância humana. Foram pesquisados os bairros Sacramento, Telégrafo, Marco, Fátima, Campina, Cidade Velha, Pedreira, São Brás e Castanheira (9 bairros). Consideraram-se apenas os fatos consumados, sobre todas as unidades pesquisadas, por

bairro e em função da existência ou da ausência de um sistema de segurança. A preponderância tecnológica é determinante. O contrário também é verdadeiro, existe maior chance de o delito se consumir se a vítima estiver desprotegida e o bandido armado, desde que esteja preparado, técnica e psicologicamente. Em todos os estabelecimentos pesquisados havia apenas um tipo de sistema de segurança, na quase maioria havia uso de câmera, e em 1 (um) estabelecimento havia apenas porta-eletrônica. O alto índice deve-se também à ausência de um sistema de segurança e ao fato de o local ser considerado um “ponto quente”. À guisa de conclusão, coloca-se à prova se o sistema de segurança influencia ou não no cometimento do crime em Belém. Considerando tratar-se de duas amostras independentes, representativas das populações com sistema de segurança e sem sistema de segurança, aplicou-se um teste paramétrico, o teste t de Gosset (*Student*). Para tanto adotamos o *software* BioStat (AIRES *et al.*, 2007). Conclui-se que o valor t (3.8265) é significativo, com p -valor menor que 0.05 (bilateral), a 119,42 grau de liberdade ($3.8265 > 1.9740$). Os resultados da pesquisa revelam, de forma geral, que o emprego de sistema de segurança tem efeito sobre o cometimento de

crimes patrimoniais. A pesquisa é representativa do fenômeno onde se propôs analisar e no período de tempo entre maio de 2010 e maio de 2011. Conclui-se que o sistema de segurança pode ser eficaz se empregado de maneira conjugada, um sistema com outro. A vigilância humana em especial a vigilância armada revelou-se mais eficaz. O emprego apenas de câmeras de vigilância não se revelou inibitório da ação criminosa, somente passam o sentimento de segurança aos clientes de um estabelecimento e parece mais eficaz na prevenção de “pequenos furtos” por parte de clientes numa relação de consumo. Outra vulnerabilidade desse tipo de sistema é a dependência de fonte de energia elétrica. O uso de porta-eletrônica é um anteparo eficaz, porém sua fragilidade encontra-se no juízo que o sujeito tem de fazer das pessoas, além da questão da fonte de energia. Julgar quem é criminoso pode dar ensejo a comportamentos discriminatórios e o mau juízo pode custar o patrimônio daquele que julga mal. Com relação à vigilância humana, muitos delitos foram evitados pela presença de seguranças ou funcionários do estabelecimento. Vale destacar ainda a vigilância humana itinerante, chamada “ronda”. O emprego de armas de fogo no uso da segurança patrimonial e de

peessoas tem de ser feito com cautela, depende de preparo psicológico, da índole moral e do preparo técnico para manuseio de arma. As relações pessoais podem ser determinantes na segurança material e humana. Outro aspecto importante da pesquisa é a crença das pessoas no sistema de segurança pública, apesar das críticas que se lhe fazem. Ele constitui um dever do Estado e direito de todos para a segurança e defesa social. O objeto da pesquisa focalizou os delitos patrimoniais de furto e roubo apenas. Os delitos patrimoniais devem ser levados em consideração porquanto o infrator analisa o ambiente em que pode atuar, os ganhos que pode tirar do crime e o menor risco que poderá sofrer. O comportamento do criminoso também considera o grau de proteção da vítima, e de atração patrimonial. Acredita-se que as pessoas podem adotar diversos tipos de sistema de segurança para resguardar seus bens e sua integridade física. Os meios que tentam reduzir a criminalidade patrimonial podem funcionar quando se tem em mente a proteção específica de algo. As possibilidades de prevenção sugerem a adoção de mais de um tipo de sistema de proteção, principalmente quando combinado com a vigilância humana. O grau de vitimização aumenta para aqueles que não possuem um sistema de

proteção patrimonial, para aqueles que preferem adotar apenas um sistema de proteção ou optar por um recurso não humano de segurança.

Palavras-chave: Sistema de proteção patrimonial. Teoria da redução das ocasiões. Vitimização.

REFERÊNCIAS

AYRES, Manoel (coord.). *Bioestat: aplicações estatísticas nas áreas das ciências bio-médicas*. Belém: IDCM/MCT/CNPq, 2007.

CLARKE R. V. G, MAYHEW P. *Designing out crime*. London: HMSO, 1980.

KILLIAS, Martin. *Précis de criminologie*, 2 ed., Bern: Stæmpfli, 2001.

**COMÉRCIO ELETRÔNICO E SEUS ASPECTOS
COMERCIAL,
TRIBUTÁRIO E CONSUMERISTA: UMA ABORDAGEM
NO
ESTADO DO PARÁ**

Amadeu dos Anjos VIDONHO JUNIOR

VIDONHO JUNIOR, Amadeu dos Anjos Vidonho Junior. **Comércio eletrônico e seus aspectos comercial, tributário e consumerista: uma abordagem no estado do Pará.** Projeto de investigação científica do Curso de Direito – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2010.

A pesquisa buscou investigar as consequências jurídicas na área do comércio eletrônico referentes aos ramos do direito comercial no sentido de esclarecer à comunidade acadêmica os posicionamentos encontrados nos tribunais relativos à teoria do comércio eletrônico. Tomou-se como referencial teórica a obra “Aspectos Jurídicos do Comércio Eletrônico”, de Finkelstein (2004), que considera o comércio eletrônico se dar via redes de computadores, por meio de troca de dados. O fato gerador do imposto sobre circulação das mercadorias (ICMS) e sobre os serviços (ISS) está

consolidado conforme defende a obra de Braghetta (2007) como papel central na atividade econômica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. Aprofundou-se a reflexão jurídica com a finalidade de investigar dados perante as instituições: Secretaria Executiva de Fazenda do Estado do Pará – SEFA e Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA. Utilizou-se do método dedutivo, partindo-se da regulamentação geral sobre o comércio eletrônico até à realidade do Estado do Pará, por meio da pesquisa interdisciplinar nas áreas do Direito Digital, Empresarial, Tributário e do Consumidor. A pesquisa também foi realizada via internet, com a complementação dos dados da *e-bit* e da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE. Quanto aos dados solicitados junto aos órgãos, não foi possível em razão de esses não serem consultivos e não adotarem, até então, o ramo do comércio eletrônico como se verifica nos centros mais desenvolvidos. Conforme a pesquisa, ressaltam-se as seguintes considerações. Desde as mais antigas concepções de comércio, temos a ideia de troca, contrato de troca, antes de produto por produto, hoje, também de produto por moeda ou outras formas de riqueza; o comércio eletrônico é uma forma de

comércio em que o estabelecimento e o consumidor estão a distância - inexistindo limite territorial, contudo, interligados, em regra; dentro desse conceito amplo de consumo, observam-se várias relações contratuais, tendo em vista, inclusive, a informação como produto de comércio; as grandes empresas de comércio eletrônico hoje já se constituem por Sociedades Anônimas. Os dados demonstraram a relevância do comércio eletrônico para o Estado do Pará e para suas empresas, com faturamento estimado em 18,7 bilhões de reais, em 2011. Um dos pontos relevantes observado foi o valor da compra que o consumidor realizava em uma loja virtual, o “tíquete médio”, que até então estava estimado em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); nas lojas presenciais de pequeno varejo, esse mesmo tíquete importava em R\$ 421,50. Seguindo a mesma iniciativa, o Município de Belém, Estado do Pará, sancionou a Lei n. 8.519/0618, cuja aplicação vem sendo fiscalizada pela Delegacia de Polícia Administrativa. A pesquisa confirmou que não são todos os produtos ou serviços que podem ser empreendidos no comércio eletrônico. O Estado do Pará tem inúmeros bens materiais e imateriais que podem ser alvo de comércio e geram interesse, inclusive, internacional, como as ervas com efeito

medicinal ou com aplicação para perfumaria. É preciso que as empresas que irão empreender comércio eletrônico estejam alertas quanto às alterações na preferência e nos hábitos de consumo. Importante, antes de evidenciar qualquer comércio em que a criação pode ser do próprio empresário ou nascer como expressão da cultura ou da região, é observar as regras de proteção existentes no Direito Autoral e no Direito Industrial. Para isso, devem-se patentear as criações ou as intervenções criativas do homem, embora, em alguns países como os Estados Unidos, qualquer descoberta na natureza possa ser patenteada, inclusive o genoma humano. É extremamente importante, ainda, o *marketing* e a publicidade do produto por meio do registro de uma marca forte para fins comerciais. A indicação geográfica também é importante, como é o caso de certos produtos regionais no Estado do Pará: “cachaça de Abaeté”, “brinquedos de Miriti”, “queijo do Marajó”, “cupulate” (chocolate de cacau), “tapioquinha de Mosqueiro”. Quando se trata de produto artístico ou literário, também deve haver registro para proteção dos direitos autorais. Sem os registros legais e o reforço dessas proteções da propriedade industrial e autoral, podem-se até inviabilizar futuros comércios ou venda de produtos e

serviços. Em nível internacional, a Resolução n. 51/162 da Assembleia Geral de 16 de dezembro de 1996 das Nações Unidas, especificamente denominada de *Lei Modelo do Comércio Eletrônico – MLEC*, sobre Direito Internacional Comercial – UNCITRAL (*United Nations Commission on International Trade Law*) apresenta uma normatização padrão para que os países possam seguir um direito comum e, assim, ter maior segurança jurídica, inclusive os consumidores. Verificou-se também que há preocupação com a regulamentação do comércio eletrônico pela Organização Mundial do Comércio – OMC, que, em 20 de maio de 1998, em Genebra, editou a Declaração Mundial sobre o Comércio Eletrônico e, entre os objetivos, estava o de os países não deverem aplicar o controle aduaneiro nas exportações e importações até a elaboração de uma regulamentação específica para o setor. Em vista dessa declaração, em 25 de setembro de 1998, houve a criação de um programa de trabalho para implementação do *e-commerce* complementado pela Declaração Ministerial de 14 de novembro de 2001. Grandes esperanças se renovam com vista à implantação da legislação aplicável ao comércio eletrônico do Mercado Comum do Sul – Mercosul. No Brasil, não há legislação específica sobre comércio eletrônico,

embora existam muitos projetos de lei a respeito. As políticas públicas são fomentadas pelo Comitê Executivo do Comércio Eletrônico, órgão da Secretaria de Tecnologia Industrial que compõe o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Internamente, o Brasil conta com a legislação vigente para os contratos, sobretudo na relação consumidor x empresa -- o Código de Defesa do Consumidor, que impõe: a proteção do consumidor em razão de danos morais e materiais; a qualidade do produto e do serviço; a segurança; a regulamentação da oferta e publicidade; a responsabilidades do fornecedor; o prazo para a devolução do produto ou desistência do contrato; os prazos de garantia em razão de defeitos do produto ou do serviço; as práticas e cláusulas abusivas; a defesa individual e coletiva do consumidor em juízo, de forma geral. O problema maior enfrentado pelo Brasil são as compras internacionais, pois o Brasil não tem nenhum tratado internacional aplicável, a não ser as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Para realizá-las, deve-se verificar onde reside o proponente, ou se dizer o que primeiro propôs o contrato. Como a proposta está na maioria das vezes em uma *homepage*, surge o primeiro conflito, dificultando a aplicação da lei brasileira em outro

país. Para evitar tal conflito, a União Europeia, por meio de sua Diretiva nº 2000/31/CE já dispõe, na maioria de seus países, de decretos que tornam o comércio eletrônico internacional mais seguro entre seus membros. Encontramos alguns dos pontos mais debatidos perante o Poder Judiciário Brasileiro. O comércio eletrônico é um comércio a distância, por isso o consumidor tem 7 (sete) dias para decidir se gostou ou não do produto. Em razão de o consumidor estar domiciliado muitas vezes fora até do Estado da empresa onde adquiriu o produto ou serviço via internet, a regra que o Poder Judiciário tem imposto é a da atração de foro para onde o consumidor está domiciliado. Tendo em vista sua hipossuficiência, a abusividade no contrato de adesão e a evidente impossibilidade de se onerar com os custos do processo, de passagens e advogado, os tribunais têm decidido pelo direito de o consumidor ajuizar sua ação judicial no domicílio onde ocorreu o dano patrimonial ou moral. Esse é o caso mais corrente na jurisprudência, embora ainda não tão pacífica, mas o inadimplemento contratual, aliado a algumas cláusulas abusivas como a falta da informação adequada das condições e regras do contrato, inclusive da data de início do serviço, e a propaganda enganosa são

considerados atos violadores da boa-fé contratual. Nesse caso, apesar de a teoria do comércio eletrônico apontar para um sistema C2C, onde o *site* de leilões apenas cederia espaço para que outros consumidores ofertassem e contratassem sem sua intervenção, em uma realidade onde presenciamos a facilidade de reprodução digital de documentos públicos ou particulares falsos, nasce a assunção de riscos do empreendimento pelo *site* de comércio eletrônico. O erro momentâneo do preço em *site* de comércio eletrônico causado por falha do sistema informático ou *software* tem ocorrido com certa frequência. No caso de erro substancial na publicação de preços no *site*, a posição dominante é a de que a oferta não vincula o fornecedor de serviços e produtos. A questão ainda é controversa e envolve as palavras “indicação de confiabilidade”. Concluimos que o *site* que simplesmente efetua a divulgação de determinada loja eletrônica não é responsável por eventuais falhas nos contratos de aquisição. Fatos como o recebimento de comissão pelos negócios advindos da publicidade pela página hospedeira têm trazido à mera mensagem publicitária a intervenção na cadeia de consumo, tendo em vista assunção dos riscos empresariais pelos lucros, como é o caso das compras

coletivas onde o *site* hospedeiro de compra mantém publicidade de produtos e serviços que não são seus, mas controla e auferir comissão em razão do fechamento do negócio. Esse é um ponto fundamental da pesquisa, pois as políticas públicas fiscais necessárias ao desenvolvimento regional, ao bem-estar social, a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais se afiguram como um instrumento para o alcance dos objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira, bem como, do Estado Democrático de Direito. Sob a ótica jurídica, o tema parte dos núcleos teóricos constitucionais dos objetivos do Estado Nacional, previstos no art. 3º, II da Constituição Federal de 1988⁴¹, bem como, dos arts. 1º, IV e 6º da CF/88, na medida em que os incentivos ao comércio eletrônico podem dar acesso aos direitos humanos ao emprego, à educação, à saúde, à comunicação e informação.

Palavras-chave: Comércio eletrônico. Estado Democrático de Direito. Código do Consumidor.

REFERÊNCIAS

FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. **Aspectos Jurídicos do Comércio Eletrônico**. Porto Alegre: Síntese, 2004, p. 52.

BRAGHETTA, Daniela de Andrade. **Tributação no Comércio Eletrônico**. Rio de Janeiro, Quartier Latin, 2007, p.30.

PRÁTICAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM DO PARÁ

Lucidéa de Oliveira SANTOS

SANTOS, Lucidéa de Oliveira. **Práticas do ensino de história na educação básica de escolas públicas de Belém do Pará.** Projeto de investigação científica do Curso de História – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2010.

Estabelecer a cogente relação teoria e prática num curso de licenciatura em História, apesar de óbvia e necessária, ainda é um desafio. Em geral a maior crítica aos projetos pedagógicos dos cursos superiores das áreas do magistério diz respeito a sua ênfase disciplinar e conceitual. O contato sério dos acadêmicos e seus orientadores com a realidade, quando ocorre, se faz mais para constatar as afirmações teóricas estudadas em sala ou simplesmente para computar legalmente as horas de práticas obrigatórias. Nesse contexto, abre-se mão de diálogos horizontais e verticais e de um contato mais investigativo no momento de se aproximar da realidade e de seus problemas. A contextualização e a interdisciplinaridade entre conteúdos

da área de conhecimento e as questões didático-pedagógicas aproximam o ensino da História das mais recentes discussões sobre práticas pedagógicas bancárias e dialógicas. Nesse sentido, a pesquisa visou a verificar a prática de professores de História em escolas públicas. Iniciou-se com estudos de casos etnográficos fundamentados em André (2008) e Bôas (2004). A pesquisa se efetivou em escolas públicas estaduais da modalidade EJA, de classe de 3ª e 4ª etapas, especificamente do horário noturno. A diagnose apontou dificuldades relacionadas à leitura e à escrita, baixo desempenho e evasão escolar; e as dificuldades para implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena. Um dos desafios de se ensinar História é fazer com que os alunos entendam a razão e a importância da disciplina, fazendo que eles estudem e assimilem as relações dos diferentes processos históricos com a sua vida e a sua sociedade. Nos últimos anos foram elaboradas novas propostas curriculares para ensino de História, relacionados ao debate e confrontos surgidos no final do regime militar, quando a disciplina se manteve precariamente em algumas séries do antigo segundo grau. Essa trajetória é também exposta nos Parâmetros

Curriculares Nacionais/PCN, nas Diretrizes e Orientações Curriculares do Ministério da Educação. Foram investigadas as principais dificuldades percebidas na sala de aula. Durante o período letivo, entrevistaram-se professores de História e alunos. Aplicaram-se questionários e preencheram-se dois instrumentos de observação direta para registrar o planejamento docente, organização do tempo pedagógico e execução da aula, a partir de estudos e análises de diversos autores, dentre eles Smidth e Cainelle (2004). Foram estudados documentos como Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as Leis 9394/1996 e 11.645/2008. Identificaram-se diversos problemas, dentre eles: baixo aproveitamento, evasão escolar e dificuldades em ler e escrever. Buscou-se identificar o porquê de notas baixas e o que fazia os alunos obterem medias inferiores às exigidas pela instituição. Identificou-se, a partir de falas dos docentes e alunos e das observações das aulas, o seguinte: práticas magistrais desenvolvidas pelos docentes, conforme modelo construído por Smidth e Cainelle (2004); dificuldades dos alunos em produção, interpretação e

compreensão de textos; e presença de alunos analfabetos funcionais. Chamou também a atenção outro dado grave, o não atendimento às exigências da Lei 11.645/2008, fato a culminar com o estudo de outro problema, a não implementação de conteúdos relacionados à História e à Cultura Afro-brasileira e Indígena, mais especificamente à última temática, tão importante para construção de nossa identidade amazônica. As investigações, então, se direcionaram a identificar como é abordada a temática indígena nas disciplinas História e Estudos Amazônicos. Evidenciou-se que essa temática, quando considerada, acontecia de forma muito superficial sem apresentar sua verdadeira relevância e congruência, de uma feita que os livros didáticos adotados não contribuem, de forma eficaz, para reverter o quadro. Ao manuais didáticos e professores abordam “A imagem de um índio genérico, estereotipado que vive nu na mata, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jaci e que fala tupi permanece predominante” (SILVA, 1995:32). O analfabetismo funcional, o baixo aproveitamento e a evasão estão ligados a fatores intra e extramuros da escola. Percebeu-se que os alunos, em sua maioria, trabalham e param de estudar por um bom tempo, mas retornaram à escola com grandes expectativas. Pôde-

se constatar que cabe aos professores e gestores produzirem meios a possibilitar aulas e ambientes escolares mais dinamizadores e atrativos. Observou-se que, quando os professores levavam os alunos a elaborar pequenos textos, por meio de materiais disponibilizados como documentários, artigos de revistas e promovia discussões sobre eles, esses se sentiam mais motivados e boa parte da turma passava a comparecer mais às aulas e a realizar as atividades propostas.

Palavras-chave: História. Ensino. Prática Pedagógica. EJA. Lei 11.645/2008.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 15ª Edição, 2008.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**, org. Celso Castro, Rio de Janeiro, Editora: Jorge Zahar, 2004.

Lei 9393/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

Lei 11.645/2008. **Lei alterado artigo 26-A da Lei 9394/1996**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais em ação**, Brasília: 1997.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: 2000.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**, São Paulo: Scipione, 1ª Edição, 2004.

_____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino médio**. Caderno de História. Brasília: 2006.

SILVA, Marcos. A. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

2012

5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO MEMORIAL PELO CENTENÁRIO 1912 a 2012

Lucidéa de Oliveira SANTOS

SANTOS, Lucidéa de Oliveira. **5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco Memorial pelo centenário 1912 a 2012.** Projeto de investigação científica do Curso de História – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2011.

No dia 10 de março de 1912, foi comemorado o centenário da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barão do Rio Branco (1912 - 2012). Em seu prédio foram prestadas homenagens ao falecimento do diplomata Barão do Rio Branco e a escola aproveitou a oportunidade para apresentar seu memorial como registro de seu legado, elaborado em parceria com a Faculdade Integrada Brasil Amazônia -- FIBRA. Objetivou-se, com este relatório, compor os momentos mais significativos da história da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barão do Rio Branco, seu valioso patrimônio arquitetônico, bem como destacar os aspectos mais relevantes da trajetória de vida do Barão do Rio Branco. O estudo documental foi

subsidiado pela memória político-institucional disponibilizada em poucos arquivos. Os documentos são, em sua maioria, oriundos de arquivos públicos ou governamentais. Dentre eles destacaram-se: “Album do Governo do Pará” (1901-1908), documento oficial do registro da administração do governador Augusto Montenegro, sobre o qual foram destacadas várias passagens citando o “5º Grupo Escolar”, mais especificamente os capítulos IX e X, que versam sobre Obras Públicas e Instrução Pública, respectivamente; “Relatórios de Belém” (1902-1904); “Relatório Técnico” (03/2009), emitido pela Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, contendo análises das diversas reformas e intervenções a alterar sua imagem. Destacamos, nesse estudo, os dois primeiros documentos oficiais acima citados, por conterem informações que expressam veementemente a visão de governantes sobre a implantação de nova política de base ou orientação republicana, em atenção ao ato do quinto governador republicano, o senhor João Antônio Luiz Coelho, por meio do qual a escola recebeu o atual nome em alusão às homenagens prestadas ao emérito senhor José Maria da

Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, após seu falecimento. Até o ano de 1912, o “5º Grupo Escolar” do 4º Distrito da Capital, como era conhecido à época, compôs o grupo das sete primeiras escolas republicanas do Estado do Pará. Seu primeiro prédio, denominado Barão do Guamá, localiza-se na antiga Avenida Independência, hoje, Avenida Nazaré, esquina com a travessa Quintino Bocaiúva. Em 1906, pela aquisição constante na Lei 955 de 30/10/1905, o governador Augusto Montenegro realiza a compra da residência localizada na Avenida Generalíssimo Manoel Deodoro, antigo 138, atual nº 1464, no bairro de Nossa Senhora de Nazareth. No mesmo ano, ordena que se inicie o processo de adaptação do prédio e, no final de 1908, o “5º Grupo Escolar” é transferido para o novo endereço. A escola emana de um novo regime. O final do século XIX e início do XX, por exemplo, são marcados por um estado de crise da oferta de Instrução Pública. Registravam-se poucas escolas e poucos profissionais habilitados para o exercício do magistério. No início da década de dez do século XX, o governador Augusto Montenegro afirma, em seu Álbum administrativo, fechar uma série de unidades de instrução na capital e no interior, em função da falta de docentes qualificados e de recursos para garantir o funcionamento

adequado. O diálogo com diversas pessoas da escola foi fundamental para traçar o plano de trabalho da pesquisa. Diversos lugares foram pesquisados. Também se obtiveram depoimentos de pessoas influentes a exemplo da professora Jussara Derenji, do Museu da Universidade Federal do Pará, e da curadora do Museu Serzedelo Corrêa, do Tribunal de Contas do Estado. Durante a realização do trabalho várias perguntas marcaram os diálogos com os interessados como: - A quem pertencia o prédio da escola e qual seu uso antes de ser adaptado para funcionar como escola? - Que centenário estamos comemorando? - Que informações existem sobre o antigo prédio denominado de Barão do Guamá? As informações selecionadas e compiladas referem-se à Lei 955 de 30 de outubro de 1905; ao Álbum do Governo do Estado do Pará relativo aos anos de 1901 a 1908, da gestão de Augusto Montenegro; à mensagem de Governo de 7 de setembro de 1908; ao livro Educação no Pará; ao Documentário “Secretaria Estadual de Educação”, de Dantas Feitosa, de 1987; aos livros de registro escolar do arquivo da escola e do setor de arquivo morto da CODOE da SEDUC/PA, dos períodos 1942 a 1959 e 1973 a 1976; aos relatórios técnicos de tombamento e monografias sobre o prédio arquivadas no DEPHAC da

SECULT/PA, assim como às monografia oficial reeditada em 2002 sobre o Barão do Rio Branco, de autoria de Rubens Ricupero. Dentre os documentos localizados, encontrou-se um levantamento de documentações feito por J. A. Dantas Feitosa, publicado em 1987. Diversos sujeitos imprimiram suas marcas ao longo de mais de 100 anos, dentre eles, destaca-se Dalcídio Jurandir. O Grupo Escolar Barão do Rio Branco iniciou suas atividades no ano de 1906 na edificação onde atualmente funciona o prédio da CODEM. Em janeiro de 1906, a edificação teve que passar por obras de adaptação para que fosse instalado o 5º Grupo Escolar, por meio de decreto oficial, no ano de 1907. No ano de 1972, o Grupo recebeu denominação de Escola Estadual de 1º Grau Barão do Rio Branco. Em 05 de dezembro de 1988, foi solicitado o tombamento do prédio, por meio de um parecer da arquiteta Jussara da Silva Derenji, constante no processo de nº 3524, datado em 03 de setembro de 1979, visando a normas de preservação e de proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico, Científico e Turístico do Estado do Pará. Tancredo Neves foi quem homologou o tombamento, tendo como base a mensagem transcrita pelo governador Augusto Montenegro, datada em 07 de setembro de 1908. Foi possível identificar que a escola

sofreu quatro intervenções. A primeira etapa refere-se à época da aquisição do prédio e do terreno no ano de 1905, tendo por finalidade o ajustamento para a instalação do 5º grupo escolar. As medidas do terreno eram de 46,20m pela Avenida Generalíssimo Deodoro, sendo limitadas por um muro com gradil em ferro, com dois pavilhões em suas extremidades. Sua estrutura tinha condições excelentes, o terreno era alto e completamente seco. Pela Avenida Braz de Aguiar (antes era a Avenida São Braz), o terreno era limitado por um muro de 51,20m que cercava o terreno, como também, pela lateral esquerda com 67,00m de comprimento. Todos se apresentavam com 3m de altura. No ato da compra, o Estado encontrou ao centro do terreno um edifício medindo 25,50m de comprimento por 20,50m de largura, com a forma da letra “C”, obtendo dois pavimentos que foram definidos por Montenegro em 1908. Não foi possível determinar a sua localização exata. Para isso, seria necessário um trabalho de prospecção arqueológica. Os pavilhões mencionados não foram identificados em sua estrutura, porém apresentam-se como uma construção pequena isolada no recanto do jardim. O Governador do Estado, Dr. Augusto Montenegro juntamente com a Secretaria de Obras Públicas, entenderam que a edificação

não atendia às necessidades pedagógicas. Era, portanto, necessário dar-se ao edifício outra forma e melhor divisão”. No 1º pavimento, foram demolidas 13 paredes e também foi demolido todo o 2º pavimento. Houve uma divisão no 1º pavimento no sentido longitudinal por meio de um corredor de 6 (seis) metros de largura e no sentido transversal por outro corredor medindo 5 metros, formando, assim, uma grande cruz. Essa distribuição interna correspondia a quatro salas localizadas nas extremidades direita e esquerda. Foram instalados filtros e lavatórios na parte posterior à edificação e fora do edifício, foram colocados os aparelhos sanitários. Na parte anterior do corredor central, está localizada uma escada de ferro que dá acesso ao segundo pavimento e possui dois lances com 15 degraus, cada um desses finalizados em um patamar de chegada com 6m de largura. Nas extremidades do corredor, há duas escadas de cantaria, assim como aos fundos do corredor longitudinal uma escadaria de mármore com sete degraus. Esse acesso também se dá pelas extremidades do corredor transversal e nas extremidades posteriores à edificação com o posicionamento de escadas de cantaria. O 2º pavimento foi levantado em toda a largura da fachada por 15,50m de comprimento, obtendo quatro salas, duas que dão para a

fachada principal, e duas outras separadas por um corredor, onde desemboca a escada em ferro. Há a presença de um porão. O pé direito do 1º e 2º pavimentos tem de altura cinco cada. O corpo central possui a forma triédrica, com quatro colunas dóricas, rodeando as três portas principais. As colunas que estão situadas externamente no 2º pavimento seguem a linha de estilo jônico, sobre as quais, entre a platibanda e a cimalha, em meio a um frontão ornamentado, as armas do Estado foram modeladas em alto relevo. A cobertura é de telha francesa e o vigamento de acapu. Houve a preocupação de manter certa medida de satisfação térmica. Quanto à higiene, Montenegro mandou buscar nos Estados Unidos duas séries de aparelhos sanitários de porcelana, construiu uma fossa do tipo Mouras. O calçamento, do portão principal à escadaria de acesso ao edifício, é de paralelepípedos de asfalto. A escada localiza-se aos fundos, dividida em duas partes: uma destinada à moradia do porteiro e a outra ao depósito de móveis. A concluinte do curso de Arquitetura e Urbanismo Janaína Paiva do Nascimento, por meio de visitas “in loco”, observou os seguintes parâmetros: divisórias de madeira colocadas em quase todos os ambientes da edificação principal para poder atender às necessidades da escola; a cobertura parte

se faz de telha do tipo fibrocimento e parte de telha francesa; os lavatórios são atuais e seus ambientes revestidos por lajota cerâmica. Dos edifícios Anexos I e II não foi encontrado nenhum tipo de origem de suas construções. Foram encontradas duas construções novas: uma fica ao lado do Anexo I, onde também está instalada uma pequena cantina. A cobertura dessa é de telha tipo fibrocimento. Com exceção da cantina, o piso é em lajota. A outra é uma edificação que fica interligada ao auditório. Essa possui banheiro em precário estado de conservação. As paredes são de alvenaria, janela em madeira com veneziana e vidro, porta em madeira. A cobertura é em telha tipo fibrocimento. Não há divisória entre a diretoria e vice-diretoria. Ainda nesse ambiente, foi incluída mais uma sala, que, atualmente, funciona como orientação educacional. Contou-se, na abertura oficial dos festejos, com a presença do governador do Estado do Pará e dos dirigentes das Secretaria de Promoção Social e Secretaria Executiva de Educação.

Palavras-chave: 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco
Memorial pelo centenário 1912 a 2012.
Patrimônio arquitetônico.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO PARA. Álbum do Governo do Estado do Pará: de 1901 a 1908. Augusto Montenegro. PARIS, 1908

_____, Secretária Estadual de Educação no Pará. Documentário. Belém: SEDUC, 1987.

_____, Lei N. 955 de 30 de outubro de 1905. Fixa a Despesa do Estado do Pará para o exercício de 1906. Belém: Secretaria do Estado da Viação e Obras Públicas. 1906.

JURANDIR, Dalcídio. Belém do Grão-Pará. Belém: EDUFPA, 2004.

RICUPERO, Rubens. Centenário de Posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores. 2ª Ed. Ver. Ampl. Brasília: 2002.

SANTOS, Ana Maria Rodrigues. Estudo do Encontro do prédio ocupado pelo Colégio Estadual Barão do Rio Branco. Belém: UNAMA, 1997 (Monografia).

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Relatório de Vistoria Técnica n. 032/09. Escola Barão do Rio Branco. Belém: SECULT, 2009.

2013

MEMÓRIA BIOCULTURAL E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO PARÁ

Raimundo Erundino Santos DINIZ

DINIZ, Raimundo Erundino Santos. **Memória biocultural e territorialidade quilombola no Pará**. Projeto de investigação científica do Curso de História, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2013.

Neste projeto estudou-se a comunidade quilombola do Canta Galo, localizada na região nordeste do Pará, investigando a etno-história e os processos de territorialização construídos, considerando-se que o uso da etno-história se apresenta como ferramenta importante pela peculiaridade da temática e por permitir instrumentalizar conceitos que podem ser adaptados e reelaborados e, ainda, por representar um conhecimento em processo de construção que procura exercitar diálogos entre a história e a antropologia, buscando entender as relações culturais, sociais e econômicas estabelecidas entre os negros, indígenas e outros sistemas culturais, a partir da agricultura, extrativismo, pesca, caça e as redes de comércio e troca que marcaram o processo de formação de vilas e povoados.

Como parâmetro legal, recorre-se à Constituição de 1988, que salientou a necessidade em se considerar a diversidade étnico-cultural do país, a preservação da memória e o patrimônio histórico material e imaterial de diferentes grupos étnicos, destacando índios e quilombolas. Após as controvérsias a respeito do termo “quilombo”, intermediadas pela atuação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), reelabora-se o entendimento dessa categoria. Essa terminologia não está restrita à herança da escravidão e passa a ser ressignificada, levando em consideração a especificidade na formação histórico-antropológica de cada quilombo, o direito à autodefinição em oposição à visão folclórica e frigorificada do termo. O pleito pela garantia do acesso à terra, relacionando-o ao fator da identidade étnica como condição essencial, tornou-se uma prerrogativa oficial. O Decreto Federal Nº 4887 de 11/2003 é o instrumento jurídico que regulamentou o processo administrativo de titulação das terras de comunidades quilombolas no Brasil, aprovado mediante articulações políticas que envolveram várias organizações. Esse instrumento continua sendo muitas vezes negligenciado pelas organizações governamentais em todo o país. Nas duas últimas décadas, diversas organizações sociais e

grupos étnicos manifestaram com insistência posicionamentos políticos em busca de reconhecimento étnico e de direitos específicos. A comunidade quilombola do Canta Galo mobilizou-se pela titulação do território, para garantir seu reconhecimento perante os poderes públicos. Hoje a comunidade encontra-se desprovida de serviços básicos de saúde, saneamento, educação e liberação de recursos. Outras questões incomodam as famílias como as disputas de terras com fazendeiros. O Programa Brasil Quilombola apresenta-se como referência dessa política. A titulação do território quilombola etnicamente configurado o coloca em condições políticas de os quilombolas participarem de forma diferenciada de programas e projetos de assistência técnica e social e de financiamentos. Para tentar dirimir a escassez de fontes documentais sobre as comunidades quilombolas, recorre-se à oralidade como principal mecanismo de registros. O levantamento de dados a partir de entrevistas seguiu as orientações de Thoillent (1987). Foram realizadas entrevistas dirigidas para tentar mapear as várias dimensões sociais e culturais que nortearam o processo de ocupação e a permanência das famílias no território; as motivações históricas, sociais ou econômicas; as diferenças e similaridades quanto ao

número de membros da família por habitação, à relação de parentesco, a bens materiais, à renda, à escolaridade, ao gênero e à idade. Os registros imagéticos foram captados por meio de fotografias. Foram pesquisados os planos diretores dos municípios de São Miguel do Guamá, Castanhal, Abaetetuba, Ananindeua e Salvaterra. Desses, os únicos a que tivemos acesso na íntegra foram os do município de Ananindeua e São Miguel do Guamá. Com a análise desses planos, verificaram-se problemas como o descompromisso dos gestores públicos municipais em desenvolver políticas públicas específicas para as demandas quilombolas. Distribuem para cada líder comunitário uma cartilha da saúde produzida pelo governo do Estado, com o título “Quilombolas do Pará”, cujos temas versam sobre localização das comunidades, principais doenças que atingem as comunidades e os programas de saúde que estão sendo realizados. Verificou-se um grande distanciamento entre o que foi observado e o que se apresenta na cartilha, bem como foram detectados vários problemas conceituais e teóricos em sua redação. No evento em São Miguel do Guamá, surgiu a oportunidade de se conhecerem as várias lideranças comunitárias. A comunidade Santa Galo possui ainda algumas construções

e peças que alegam ser de seus antepassados. A base alimentar da comunidade é a plantação e extração do açaí e da mandioca. A falta de água encanada e luz elétrica traz muitas dificuldades. Todos da comunidade são católicos, mas se ressentem da inexistência de capela. Há ausência de poder político e, no seu entorno da comunidade, há fazendas. A população se ressentem também da falta de assistência médica. A educação é precária. As crianças não têm condução para chegar à escola, que se localiza a mais ou menos 15km e possui apenas uma sala para as séries de primeira a quinta. Ao que parece, a formação da comunidade não remonta a tensões ou conflitos com os proprietários locais e com as famílias que preferiram não atravessar o rio Guamá e até hoje não se reconhecem como quilombolas. O conhecimento prático da parte dos escravos, em alguns casos, afrouxou a relação com seus senhores e extrapolou a condição de submissão, levando os escravos a verem outros sentidos de liberdade. Hoje a comunidade tem quarenta e seis famílias distribuídas entre 234 moradores, que, em suas modalidades de representações na associação de moradores, se reconhecem como quilombolas. Mesmo não havendo características biológicas herdadas de escravos, o que

refuta e garante a identidade é a autoidentificação dos moradores de um passado comum. Grande parte do processo de formação é atribuída à participação das mulheres, como líderes religiosas e políticas. Muitas vezes estão no comando da base alimentar e comercial dos residentes da comunidade. As principais atividades dos moradores se destina à roça, que todos possuem para consumo próprio. O resultado da colheita gera de certa forma uma espécie de comércio entre os moradores da própria comunidade e de comunidades vizinhas. São comuns também as crias. A base alimentar foi por um tempo a mandioca, o açaí, o feijão e o arroz. Hoje são cultivados somente a mandioca e o açaí. O compartilhamento do território configura-se no modo de vida das famílias existentes e distribuídas em diferentes áreas, sendo as unidades domésticas o ponto de referência para situar a fixação e ocupação do território. Nas situações de maior relevância a serem resolvidas e que envolvem um número maior de famílias, as decisões são tomadas nas assembleias da associação. Em outras situações, as atividades são desenvolvidas individualmente com o deslocamento do cultivo para o espaço doméstico. As famílias são devotas de Nossa Senhora de Fátima e da

imagem do Divino Espírito Santo. Segundo relatos, essas imagens são cedidas por uma paróquia e visitam a comunidade em dois dias do ano. São levadas de casa em casa acompanhadas de cânticos puxados por D. Domingas. Apesar de as imagens serem cedidas por uma paróquia e geralmente haverem dois de seus representantes acompanhando-as, os moradores têm total liberdade para realizar as celebrações. Essas comemorações são os momentos em que os moradores aproveitam para fazer suas promessas. As realizações dos cultos geralmente são seguidas de festas. Algumas famílias, depois de um período, oferecem suas casas para receber as imagens como pagamento de promessas. Diante dos relatos obtidos, fica claro que, apesar de uma pequena parcela dos moradores não se autodefinir como remanescentes de quilombolas, a comunidade do Canta Galo se configura como uma comunidade de quilombo contemporâneo. Os indícios históricos, a cultura material e as singularidades características dos modos de viver, criar e reproduzir das famílias refutam à existência de práticas de uso comum e ancestralidade baseadas em experiências de lutas e estratégias para permanecerem em suas terras. O alcance de políticas públicas específicas para as 46 famílias tem

vínculo direto com o processo de titulação, ao passo que vários requerimentos e exigências feitos pelo poder público para a disponibilidade dos serviços públicos dependem da titulação da terra. O trânsito de animais correlatos à prática da pecuária e à existência de cercas em circuitos de cultivo, extrativismo, caça e pesca oblitera o exercício de práticas coletivas de usos sociais dos recursos naturais.

Palavras-chave: Comunidade quilombola Canta Galo. Territorialidade. Quilombos paraenses.

REFERÊNCIA

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica Metodológica, investigação social; Enquete Operária**. Coleção Teoria e história. Editora Polis. 5ª Edição 1987.

ESTRATÉGIA COMPETITIVA APLICADA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE BELÉM: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS PDIs

Rinaldo Ribeiro MORAES

MORAES, Rinaldo Ribeiro. **Estratégia competitiva aplicada em instituições de ensino superior de Belém: um estudo de caso a partir das percepções dos PDIs.** Projeto de investigação científica do Curso de Administração, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PARÁ, 2013.

No Brasil, a sexta economia mundial, os impactos da globalização são sentidos em todas as esferas mercadológicas, para pessoas físicas ou jurídicas. Nesse contexto, ocorre uma mudança na existência de grandes estruturas industriais e dos modelos considerados clássicos de administração e produção. Dentro dessa conjuntura, as instituições superiores de ensino também se fazem presentes. De um lado há o governo e suas regulações para o alinhamento com as demandas da qualidade. Do outro há essas instituições que, se privadas, se inserem em um contexto de competição e incertezas do mercado. A

categoria-chave do trabalho foi a verificação de estratégia competitiva nas instituições de ensino superior de Belém, Estado do Pará. O problema de pesquisa foi a verificação de noções e posições competitivas nos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI – considerados pelo Ministério da Educação como o documento que equivale ao planejamento estratégico das Instituições de ensino superior. Algumas questões foram formuladas para se chegar as estratégias planejadas: Quais os benefícios da empresa em relação a uma missão diferenciada? Como é a sua estratégia de efetivação de resultados na gestão acadêmica? De que forma se comportam? Como organizações mercadológicas alinhadas com o planejamento estratégico ou ainda imersas em paradigmas apenas burocráticos? Foram analisados quatro PDIs. A teoria de base focou as ações nas seguintes discussões: a) as cinco forças de Porter, b) as estratégias genéricas de Porter e c) a análise ambiental externa e interna a partir da matriz SWOT.. Para analisar as estratégias competitivas das IES privadas no Estado do Pará a partir dos seus PDIs, destacamos o papel dos fundamentos do planejamento estratégico nas IES; analisamos os PDIs a partir de uma perspectiva de planejamento estratégico das 5 forças de

Porter (1998), que correspondem aos fatores que devem ser observados para que as empresas possam desenvolver uma estratégia empresarial eficiente. A primeira força refere-se à importância de os estrategistas das empresas conseguirem “decodificar” a síntese dos eventos desencadeados pela competição e assim maximizar lucros e ampliar sua hegemonia no mercado. Uma das principais forças que recaem sobre toda e qualquer empresa, que opera dentro de um quadro de concorrência perfeita, é a rivalidade entre os concorrentes. A segunda força é o poder de barganha do cliente, que sendo sabedor de que é o principal *stakeholder* de qualquer negócio, pode utilizar do seu poder para conseguir jogar os preços para baixos e colocar, assim, a empresa sob pressão. A terceira força é a dos novos entrantes. Sobre ela, Porter (1989, p. 13) observa que esses se inserem no mercado/meio ambiente com capacidades reais de intervir na sua dinâmica. O referido autor considera, ainda, que existem seis grandes barreiras que devem ser superadas pelos novos entrantes no setor comercial/industrial: 1) Economias de escala; 2) Diferenciação de produto; 3) Necessidades de capital; 4) Desvantagens de custo independentes do porte; 5) Acesso a canais de distribuição; 6) Política governamental. A quarta

força é o poder de barganha dos fornecedores. Esse processo é mais complexo de se superar, caso não haja no setor em questão uma(s) empresa(s) que consiga(m) fazer frente à empresa hegemônica, a partir da oferta de produtos e serviços superiores e/ou similares aos oferecidos pela empresa em questão. A quinta força refere-se à ameaça de produtos ou serviços substitutos. Os repetidos produtos podem levar a empresa hegemônica vir a perder espaço e lucros. A análise Ambiental pressupõe o estudo de dois ambientes distintos: o ambiente interno e o ambiente externo à organização. A análise de SWOT é uma outra forma de se fazer a correlação da análise do ambiente. O método identifica quatro tipos de situações: Alavanca: quando uma oportunidade do ambiente encontra um conjunto de pontos fortes na empresa que podem ajudá-la a tirar o máximo proveito da situação; Problema: quando uma ameaça do ambiente torna a empresa ainda mais vulnerável, devido aos seus pontos fracos; Restrição: quando uma oportunidade não pode ser aproveitada pela empresa, devido aos seus pontos fracos; Vulnerabilidade: quando existe uma ameaça à vista, mas a empresa possui pontos fortes que possam amenizá-la. Os pontos fortes e fracos de sua organização não dependem apenas de suas

próprias capacidades e recursos. Percebeu-se que poucas empresas localizadas no Pará trabalham com estratégias empresariais bem definidas. No ensino superior público, poucas instituições estão preparadas para o alinhamento da gestão embasada em resultados. No caso das instituições privadas, também prevalece o amadorismo no tratamento da estratégia

Palavras-chave: Instituições de ensino superior de Belém – Pará. As cinco forças de Porter. Estratégias genéricas de Porter. Matriz SWOT.

REFERÊNCIA

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva:** criando e sustendo um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

2014

ORDEM SOCIAL NO PARÁ: **ANÁLISE JURÍDICA DO PROGRAMA BOLSA TRABALHO**

Paulo Rogério de Souza GARCIA

GARCIA, Paulo Rogério de Souza. **Ordem social no Pará: análise jurídica do Programa Bolsa Trabalho**. Projeto de investigação científica do Curso de Direito – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, 2013.

O Estado do Pará institui o Programa Bolsa Trabalho (PBT) por meio da Lei 7.036, que legisla sobre a capacitação e inserção de jovens carentes no mercado de trabalho pela via assistencial, com o intuito de concretizar direitos sociais previstos na ordem jurídica. A investigação teve por objeto a análise jurídica e os efeitos desse programa, no Estado do Pará, que possui três eixos de ação: capacitação e inserção dos jovens no mercado de trabalho; empreendedorismo individual e familiar; e economia solidária. Desses, o foco do estudo concentrou-se no primeiro eixo. A investigação fundamentou-se na literatura científica conforme conceitos relacionados à ordem jurídico-social, à a ordem social na constituição federal de 1988. Procedeu-se a uma análise

jurídica das constituições brasileiras com o intuito de demonstrar o processo de construção da ordem social no Brasil, com destaque para a ordem constitucional de 1988 e a Constituição do Pará de 1989. Fez-se uma abordagem do contexto global da economia política no século passado para em seguida situar a discussão no direito brasileiro e na ordem social do Pará. A revisão da literatura levou em consideração o pensamento econômico, pondo lado a lado duas concepções que implicam a intervenção e a não-intervenção do Estado, conforme as doutrinas keynesiana e monetarista/neoliberal, respectivamente. Nesse contexto, foram destacadas ainda as ideias de Sen e Stiglitz (2010) acerca da desigualdade. Os dados com relação ao Bolsa Trabalho foram extraídos da pesquisa de Barbosa e Nascimento (2010) que consubstanciam distribuição de renda, riqueza, desenvolvimento social e outros indicadores. O processo de concepção do programa foi explicado por um de seus planejadores mediante entrevista. Os órgãos estaduais se recusaram em disponibilizar os dados sobre o programa em flagrante violação da Lei de Acesso à Informação, o que demonstra o total descompromisso da gestão atual (no momento em que este relatório foi escrito) com a transparência e a democracia, e, em última instância,

com a ciência. Abordou-se a regulamentação do PBT e alguns resultados alcançados. O *corpus* teórico foi constituído da legislação pertinente: Lei 7.036/2007, que instituiu o PBT; e Decreto 576/2008, que regulamenta o referido programa. Nesse sentido, buscou-se uma visão mais ampla da desigualdade contemplando a condição humana na contemporaneidade para além de uma simples perspectiva de mercado, considerando a dinâmica da política econômica e dos fatores sociais. O pensamento econômico no século XX foi revisitado com a finalidade de analisar, inicialmente, a política econômica e suas implicações no ordenamento jurídico brasileiro. A própria ordem jurídica brasileira foi concebida de acordo com o pensamento econômico de cada época, apresentando avanços e retrocessos em termos de direitos sociais, mas que, infelizmente, até hoje a sociedade brasileira ainda não viu se concretizar a promessa de progresso e modernidade. A realidade no Pará é ainda pior, pois combina problemas da velha sociedade oligárquica e patriarcal com a complexidade e os riscos da sociedade pós-moderna. A reconstrução de valores sociais, o empenho por uma democracia ativa e o fortalecimento da gestão social pública parecem ser a via mais importante nesse momento. Em

entrevista com Ivanise Gasparim, idealizadora do programa, essa relatou que o PBT surgiu durante a campanha para a governadoria em 2006, sob a liderança de Ana Júlia Carepa, governadora do Estado do Pará à época. A proposta era criar um programa, cuja nomenclatura tivesse o nome de “bolsa”, pois estava na moda falar em bolsa escola, bolsa família. O argumento utilizado foi o alto índice de violência na região, sobretudo porque a percepção era de que a juventude fora a causadora desse fenômeno social. Como estratégia de governo, foi estabelecida a criação de um programa social que capacitasse e inserisse os jovens no mercado formal de trabalho. A equipe de governo não tinha ideia de como funcionaria o programa. Apenas após a vitória no certame foi que se formou um grupo de trabalho que debateria a proposta com entidades da sociedade civil, do governo e com organismos internacionais. No período de 2007 a 2010, o PBT cobriu 92 dos 143 municípios, ou seja, 64% das localidades municipais no Estado. Um dos objetivos políticos do programa era atingir as localidades menos desenvolvidas, mas municípios da Ilha do Marajó, onde o IDHM é baixo, não foram contemplados. Com relação ao eixo de qualificação e inserção no mercado de trabalho, foram beneficiados 72.300 jovens, tendo sido

qualificados 53.222 (74%), inseridos 18.400 (25%). Dentre os beneficiados, 63% eram mulheres. A maioria dos jovens tinha entre 18 e 24 anos de idade correspondendo a 72% do total, seguido de jovens entre 25 e 29 anos equivalente a 28%. A maioria tinha o ensino médio incompleto (45%), seguido dos que tinham o ensino médio completo (30%), ensino fundamental incompleto (15%) e completo (10%). Esse resultado revela a necessidade de investimento e controle na educação de base para que o “pequeno” cidadão atinja a idade adulta com condições de se inserir no mercado, até por que o mercado demanda qualificação e a maior empregabilidade está no setor de serviço. Com relação ao eixo da economia familiar e solidária (incubadoras: UFPA, Belém, e UFRA, Santarém), da meta de 3 mil, foram certificadas 1.800 pessoas (60%). A demanda para esse eixo só foi realizada no primeiro exercício de 2007. O motivo se deu tanto na dificuldade de organização do público, quanto no financiamento dos projetos”. Aqui a proposta é interessante porque o amazônida tem um modo de vida arraigado a valores sociais podendo ser potencializado o empreendimento comunitário com investimento e incentivo cognitivo, material e financeiro. O Estado poderia estimular não só a produção comunitária

e familiar, mas também o ecoturismo, pois a região possui localidades com imenso potencial turístico como a região do Baixo Amazonas, do Salgado e muitas outras. Porém o Estado prioriza o turismo de negócio concentrando os investimentos nos centros urbanos. Existe ainda o problema estrutural da concentração de terra, o que demanda do governo a realização da reforma agrária. Sem isso, a região não tem perspectiva de desenvolvimento social. Outro obstáculo é a cultura do assalariamento, o que dificulta o desenvolvimento de uma visão empreendedora. A intenção do governo naquele momento foi integrar o PBT ao programa de aceleração do crescimento (PAC), especialmente nos setores da mineração e agronegócio. As demandas profissionais foram fixadas pelo Observatório do Trabalho, vinculado à Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, junto com o Dieese, que auxiliaram o governo na escolha dos cursos a serem ofertados, em função das potencialidades dos jovens e das demandas de empregabilidade. Assim, os módulos específicos para o mercado de trabalho totalizaram 26 cursos, nas áreas de construção civil, mecânica, elétrica, serviços e administração. Uma vez capacitado, o passo seguinte foi encontrar um lugar no mercado de trabalho para o jovem,

por meio do SINE, sistema criado na Inglaterra com o nome de *Labor Exchange* ou Bolsa de Trabalho. Os colégios industriais se assemelham mais ao sistema “S” do Brasil, cuja estrutura tem apresentado resultados positivos, não apenas nos serviços de formação, como também nos serviços de apoio ao trabalhador. A ideia seria estabelecer parceria com as pessoas jurídicas integrantes do sistema “S” para customizar os recursos financeiros face à estrutura já existente, bem como otimizar o tempo face o capital humano já consolidado. Assim como o eixo da economia solidária, foi implementado no interior das universidades federais o eixo de qualificação e capacitação, que poderia ser projetado com apoio do sistema “S” onde houvesse instalações nas localidades a serem contempladas. Há ainda a possibilidade de fomentar escolas técnicas ou escolas agrícolas nas localidades onde não existe infraestrutura. O esforço conjunto do poder público estadual em parceria com o governo federal e municipal depende de uma gestão em rede. O *network state* precisa ser discutido e fomentado. Essas são as principais críticas e sugestões para se repensar a ordem social no Pará, em termos de políticas públicas de inclusão da juventude.

Palavras-chave: Programa Bolsa de Trabalho. direitos sociais; política econômica; Estado; sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. G. P.; NASCIMENTO, N. S. F. **O Programa Bolsa Trabalho no Pará:** Uma experiência de política pública de trabalho, emprego e renda. Artigo publicado em 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de outubro de 1988.

PARÁ. Constituição Estadual de 1989. **Constituição do Estado do Pará**, publicada em 05 de outubro de 1989.

PARÁ. Decreto n. 576/2008. Regulamenta o Programa Bolsa Trabalho.

PARÁ. Lei n. 7.036, de 14 de setembro de 2007. Institui o Programa "Bolsa-Trabalho" no Estado do Pará.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STIGLITZ, Joseph. **O mundo em queda livre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ESTUDO DO PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZÔNIA

Ricardo Bentes KATO

KATO, Ricardo Bentes. **Estudo do Perfil Profissional dos Egressos do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Integrada Brasil Amazônia**. Projeto de investigação científica do Curso de Administração – Faculdade Integrada Brasil Amazônia, Belém, PA, 2013.

A formação do ensino superior no Brasil teve um comportamento atípico da América. Os espanhóis fundaram as primeiras universidades ainda no século XVI, as quais eram instituições religiosas, mas esse processo teve início apenas no século XIX, com cursos de Direito (um em Olinda e outro em São Paulo) (SOARES, 2002). As primeiras faculdades (Medicina, Direito e Politécnica) eram totalmente independentes uma das outras, e, apesar de inúmeras propostas, nenhuma universidade fora criada até 1920, a não ser a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1931, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde, que aprova o Estatuto das Universidades, que,

entre outras medidas, orienta as instituições poderem ser públicas ou particulares e terem, pelo menos, três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Esse estatuto durou até 1961. Durante a Nova República, foram criadas 22 novas universidades federais e nove religiosas. Esse período foi marcado também pela consolidação do novo modelo industrial brasileiro, o que fez com que explodisse a demanda por cursos pela sociedade. Outro fator motriz desse período foi a maior participação da mulher na sociedade, representado pelo aumento das matrículas femininas em cursos como Filosofia e Pedagogia. Na década de 60, foi finalmente aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Essa reconheceu e concedeu expressiva autoridade ao Conselho Federal de Educação, com poder para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso superior. A nova Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior, porém a pesquisa continuava em segundo plano. O ensino era o pilar central do sistema. Com o golpe militar, as discussões passaram a ser dentro dos gabinetes e, somente em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma

Universitária (Lei nº 5540/68), que criou os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico, dentre outras inovações. A partir de então, os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando as respectivas chefias a terem caráter rotativo. Essa lei estabeleceu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica. Essa Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. Com o crescimento da demanda por vagas, a década de 70 experimentou o aumento do número de faculdades particulares, principalmente nos principais centros econômicos, chegando a 1981 com 65 instituições particulares. Com a constituição de 1988, ficou determinado que 18% da receita anual resultante da cobrança de impostos seriam gastos com educação, além de ter sido reafirmada a separação das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades. Em 1996, outro marco histórico na educação superior brasileira foi a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Essa nova Lei introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e recredenciamentos ao desempenho mensurado por essa avaliação. Em caso de serem apontadas deficiências, essa lei estabeleceu um prazo para saná-las. Caso isso não ocorresse, poderia haver descredenciamento das IES. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, uma série de reformas começou a ocorrer no Brasil, entre elas: novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, desnacionalização da economia brasileira, transformação da estrutura do mercado de trabalho, terceirização e reforma do Estado. Nesse novo contexto, inseriu-se este projeto de investigação científica, que visou a analisar o perfil dos egressos do Curso de Bacharelado em Administração, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia –FIBRA, quanto às dimensões: acadêmicas, profissionais e econômicas e, assim, poder contribuir com uma metodologia embasada em um estudo de caso. Segundo o censo de 2010 (INEP, 2011), o Brasil possui 2370 instituições de ensino superior, sendo 2099 privadas,

com 6.379.299 alunos matriculados, dos quais 4.736.001 em regime presencial. Quanto à evolução das matrículas, essas mais que dobraram em 10 anos. Na região norte, saiu-se de um patamar de 4,7% para 6,5% de matriculados em um curso superior presencial entre os anos de 2001 e 2010. A democratização e a globalização do ensino superior permitiram um acesso mais amplo à população, porém fica a preocupação de que os alunos estejam experimentando a ascensão profissional esperada antes do ingresso ao curso superior, preocupação essa que vai permear este projeto de investigação. Segundo o exposto, cresce a preocupação com a qualidade do ensino e com o fato de que os alunos então formados assumem o papel de que o mercado necessita, ou se se mantêm estagnados em suas posições anteriores à obtenção do diploma. O estudo teve como amostra alunos egressos do Curso de Administração da Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA. A caracterização desses egressos permite identificar pontos a serem melhorados na graduação e na pós-graduação, além de permitir verificar se o Curso está atendendo às expectativas tanto do aluno quanto do mercado, servindo como base para tomada de decisão gerencial e acadêmica do Curso e até mesmo da

instituição. A pesquisa tem a natureza quali-quantitativa, a qual se iniciou com a elaboração dos questionários, envolvendo três dimensões: dimensão acadêmica para verificar como o egresso percebeu o seu Curso de graduação, além de verificar se ele deu continuidade a seus estudos; dimensão econômica para avaliar se o Curso trouxe melhoria econômica financeira ao egresso; e dimensão profissional para dimensionar se o Curso proporcionou ascensão profissional ao egresso. Após a elaboração dos questionários, foi feito um levantamento junto ao banco de dados da FIBRA com o objetivo de obter os contatos (telefone e e-mail) dos egressos e selecionar uma amostra para aplicação dos questionários. Os dados coletados foram tabulados, aplicando-se técnicas de estatística descritiva com o auxílio do programa Microsoft Excel. Foram elaborados gráficos de colunas com as respectivas frequências relativas das respostas obtidas, com amplitude de 0 a 100% e intervalo de 20%. Com os dados referentes à dimensão acadêmica, verifica-se que 72% dos alunos concluíram o Curso dentro do prazo mínimo de oito semestres, com 22% concluindo em quatro anos e meio e 6% em cinco anos. Não houve ocorrência de egressos que concluíram em mais de 10 semestres sua

graduação. Quanto ao número de dependências, os resultados foram satisfatórios, com 56% dos egressos sem nenhuma dependência, não havendo incidência de mais de três dependências apenas. Foi observado que 50% dos entrevistados participaram de algum projeto, destacando o “Projeto Integrador” do Curso, e que a biblioteca e laboratório de informática foram os locais mais frequentados fora a sala de aula. Quanto ao índice de satisfação dos egressos, 45% dos entrevistados não identificam a aplicabilidade do que aprendeu na sua graduação com suas atividades profissionais, dos quais 28% apontaram discrepância entre o que a IES repassou com a prática de mercado e disseram estar decepcionados com o Curso, e que, se pudessem, não fariam Administração novamente. As principais dificuldades apontadas referem-se à natureza das disciplinas, em 56%, e ao relacionamento com os professores, em 22%. Sobre o interesse em continuar os estudos após a graduação, apenas a metade deu continuidade em uma especialização, e nenhum ingressou em um programa de mestrado. Apenas 29% prosseguiram seus estudos na FIBRA e os principais motivos para não continuarem na IES apontados foram o preço e a vontade de conhecer

outra IES e novos professores. Um percentual de 61% informou que as provas eram dentro do nível esperado, e de 22% disse que as provas eram difíceis, porém 42% destacaram que foi difícil a conclusão da graduação. Quanto à dimensão profissional, 39% dos entrevistados disseram que estavam desempregados antes da graduação, e 50% revelaram que desempenhavam atividades operacionais. Nessa etapa do estudo, 61% dos entrevistados revelaram que a graduação lhes trouxe ascensão profissional, índice que serve como incentivo para se cursar uma graduação. Quanto ao tipo de ascensão experimentado, a maioria ascendeu para cargos de gerência. Dos que estavam desempregados no momento da conclusão do Curso, a maioria conseguiu emprego em até seis meses após. Um ponto alarmante verificado diz respeito ao fato de que a metade dos entrevistados não trabalha como administrador. Quanto à dimensão econômica, a pesquisa apresentou que a maioria dos entrevistados ou trabalhava para pagar, ou os pais custeavam os estudos. O percentual de 56% percebeu uma melhoria salarial em seus vencimentos, após a conclusão da graduação, de até 40%. Mesmo com os pontos positivos anteriormente citados, a grande

maioria não estava satisfeita com a sua remuneração. É preciso serem investigadas as faixas salariais pagas pelas empresas, se existe um piso salarial para o administrador e se esse é cumprido. Quanto às expectativas, a maioria está satisfeita com o que conseguiu após a graduação. O percentual de 61% considera que o Curso preparou bem para o mercado, e o de 39% pondera que teve muita dificuldade e que não estava preparado para trabalhar com administração ao sair da Faculdade. A metodologia mostrou-se eficaz quanto ao objetivo da pesquisa. No que se refere à dimensão acadêmica, o desempenho geral dos ex-alunos foi bom. A dificuldade encontrada deu-se a quando do ingresso ao Curso, o que é esperado. Ao concluir este trabalho, sugere-se: revisão na matriz curricular como forma de correlacionar a teoria com a prática; criação de novas disciplinas com tendências do mercado; maior atuação dos estágios supervisionados, como ferramenta de ligação entre a teoria e a prática; e aumento do incentivo à pesquisa durante a graduação.

Palavras-chave: Egressos. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. Curso de Administração.

REFERÊNCIAS

INEP. Censo da Educação Superior 2010. Outubro, 2011.

SOARES, M. A. A Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. Porto Alegre – RS. 2002.

ESTRUTURA PRODUTIVA E PRÁTICAS COOPERATIVAS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE GEMAS E JOIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PA

Marco Antônio Silva LIMA

LIMA, Marco Antônio Silva. **Estrutura produtiva e práticas cooperativas no arranjo produtivo local de gemas e joias da região metropolitana de Belém/PA**. Projeto de investigação científica do Curso de Administração – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2013.

O *lôcus* desta pesquisa é o arranjo produtivo de gemas e joias da região metropolitana de Belém, que já vem passando por transformações desde 1997, quando o governo do Estado implantou um Programa de Desenvolvimento de Gemas e Joias do Pará, que passou a fazer parte do Plano Plure Anual (PPA). Esse programa buscava fomentar e organizar a produção e beneficiamento de joias e gemas do Estado. A partir desse programa, houve uma elevação tanto na quantidade quanto na qualidade das gemas e joias produzidas. A criação do Polo Joalheiro São José Liberto, em Belém -- PA, que tinha a princípio, como

foco, promover a produção formal de gemas e joias, em 2007 passou a ser gerido pelo Instituto de Gemas e Joias da Amazônia IGAMA, organização social que busca fomentar e organizar a produção de joias e gemas na Amazônia. As empresas que hoje fazem parte do polo joalheiro belenense obtiveram certa quantidade de incentivos por parte do governo e de outras instituições. O arranjo produtivo local (APL) de gemas e joias da região metropolitana de Belém a princípio destinava-se a incentivar a promoção da verticalização da cadeia produtiva das joias e metais preciosos produzidos no Estado do Pará. Em função da evolução do contexto da produção mineral, neste setor, o programa foi reconfigurado e, atualmente, destina-se ao desenvolvimento de atividades de formação e qualificação de profissionais especializados no setor de gemas e joias (além do artesanato), assim como ao incentivo à formalização dos empreendimentos joalheiros e ao apoio à comercialização de sua produção. Dedicase também a uma ampla gama de atividades culturais que objetiva ampliar o conhecimento da população em relação aos setores de joalheria e artesanato. As recentes políticas de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (APLs Minerais) implementadas pelo Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio do Grupo de Trabalho Permanente em Arranjos Produtivos Locais (GTP - APL), contribuíram para gerar oportunidades concretas no sentido de recuperar o sentido original do Programa de Gemas e Joias do Pará, possibilitando a busca da integração da cadeia produtiva, com uma abordagem inovadora baseada no moderno conceito de APL Mineral. A proposta de investigação foi, assim, realizar uma investigação sobre alguns dos conceitos basilares da abordagem de APLs, por meio do levantamento e análise dos índices estatísticos referentes às práticas de cooperação, aprendizagem e inovação desenvolvidas pelos agentes produtivos integrantes da aglomeração produtiva de gemas e joias presentes na região metropolitana de Belém bem como dos índices referentes às vantagens associadas ao ambiente local, a partir do ponto de vista dos próprios produtores. O estudo, de caráter exploratório, fez levantamento bibliográfico sobre as aglomerações produtivas e os arranjos produtivos locais, notadamente as aglomerações de base mineral. O universo da pesquisa foi integrado pelos produtores que participavam do Programa de Desenvolvimento de Gemas e Joias do Pará. O conceito de APL's é uma questão fundamental para

iniciar estudos acadêmicos sobre o tema, porém esse conceito ainda não foi definido. Utilizamos o conceito elaborado pela RedeSist, tendo em vista que foi o mais amplo e consistente encontrado. Os APL's de base mineral no Brasil são produto de um conjunto de fatores históricos, como a vinda de imigrantes italianos, que trouxeram as técnicas de ourivesaria e a de alemães, que promoveram o desenvolvimento de técnicas de extração e beneficiamento de minério. Com essa influência nascem as primeiras formas de produção de gemas e joias no Brasil. A partir do conhecimento compartilhado e com os processos de interiorização do território nacional, foram surgindo pontos de extração de ouro, prata e pedras preciosas, além da produção de joias artesanais. No Estado do Pará, desde 1988, existe o Programa de Desenvolvimento do Setor de Gemas e Joias, que apoia cerca de 150 oficinas (ourives), três empresas de produção de embalagens, localizadas em Belém, Ananindeua e Marituba, 50 lapidadores na floresta do Araguaia, 10 oficinas (ourives), 01 (uma) indústria de embalagens em Parauapebas e 30 oficinas (ourives) em Itaituba, além de 03 (três) fundições que estão em pleno uso. É importante a presença de órgão do Estado no auxílio à produção, desenvolvimento e pesquisa devido à produção

de gemas normalmente ser realizado por pessoas com baixa renda. Como historicamente o Brasil passou por uma época de extração de metais e gemas de valor, ainda existem muitas localidades que sustentam essa atividade. A partir desse contexto, ficou destacado que havia a necessidade de fomentar essa atividade no Estado do Pará. Assim, os órgãos competentes em conjunto com outras entidades como universidades, agências bancárias prefeituras e outras criaram o programa Polo Joalheiro do Pará (PJP). Com a criação desse polo houve grande melhoria de qualidade no que tange à qualidade, quantidade e inovação das peças produzidas. Desde 2007, o PJP já deixou de ser gerido pela ASJL e passou a ser gerido pelo IGAMA. Com essa mudança, houve certa quebra no andamento do projeto (CASTRO 2008). Hoje o PJP encontra-se repartido em 04 (quatro) grupos, dos quais 03 (três) segmentos estão em um estado mais avançado, que são: a ourivesaria, o designer e o setor de embalagens. O setor de lapidação ainda necessita de maior investimento tanto informacional quanto financeiro. Em 2007, também, foi inaugurado, na IV Expojoia da Amazônia, o Telecentro, com o intuito de oferecer informação e comercialização. Esse espaço leva as micro e pequenas empresas, cooperativas e

associações à economia do conhecimento e da informação para que gerem emprego e renda com negócios, estimulando o comércio eletrônico e o incentivo à cooperação entre as empresas. Entende-se que o arranjo produtivo local do polo joalheiro de gemas e joias da região metropolitana de Belém está em processo de aperfeiçoamento de suas técnicas e também de sua rede de cooperação. As atividades desenvolvidas ainda não estão em um nível de desenvolvimento avançado, mas suas melhoras já são percebidas, levando-se em conta aspectos como a presença de investimentos em pesquisa e desenvolvimento para buscar a originalidade de seus produtos desde as joias até as embalagens que as envolvem. As atividades de cooperação começam a ganhar força com a integração do *designer* das joias e das embalagens, destacando, assim, o início de atividades cooperadas e os seus benefícios. Espera-se que esta pesquisa gere subsídios para a elaboração do plano de desenvolvimento do APL de gemas e joias da região metropolitana de Belém, a partir da obtenção de dados sistematizados acerca do comportamento cooperativo e inovadores dos agentes produtivos.

Palavras-chave: Estrutura produtiva. Práticas cooperativas. Arranjo produtivo local de gemas e joias da região metropolitana de Belém/PA.

REFERÊNCIA

CASTRO, Renato Brito de e Mariana BALDI. **“A inovação no Polo Joalheiro de Belém: uma análise a partir do mecanismo de imersão estrutural.”** *Cardenos EBAPE.BR* (2010): 492 - 513.

MEMÓRIA E SABERES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS NO NORDESTE PARAENSE

Raimundo Erundino Santos DINIZ

DINIZ, Raimundo Erundino Santos. **Memórias e Saberes Tradicionais Quilombolas no Nordeste Paraense**. Projeto de investigação científica do Curso de História – Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2013.

O projeto em tela insere-se na temática História e Cultura Afro-Brasileira no Pará. Teve como objetivo destacar a importância dos saberes tradicionais quilombolas no debate sobre as questões socioambientais na história da Amazônia, com a proposta de contribuir com a elaboração de ações interdisciplinares com foco na lei 11. 645/08. Assim, procurou evidenciar que a imagem do grupo quilombola influencia diretamente na identidade de cada indivíduo que o compõe, considerando que o não reconhecimento ou a generalização de práticas culturais podem influir negativamente, vindo a causar o sentimento de inferioridade entre seus integrantes. Investigar o

universo dos saberes em territórios quilombolas representa repertoriar análises condizentes a história da Amazônia; problematizar questões socioambientais; contribuir com a produção de conhecimento no ambiente acadêmico; despertando olhares outros para temas e pesquisas com foco à interdisciplinaridade; e sugestionar dimensões pouco pensadas sobre a questão da diversidade étnica na Amazônia à luz dos saberes tradicionais. Reconhece-se, assim, a importância deste trabalho pelo fato de o conhecimento praticado por negros e negras na história da Amazônia em distintas temporalidades apresentar um vasto repertório a ser pesquisado no processo de ocupação e domínio de ambientes diversos na região e, de forma particular, no que hoje compreende a região nordeste do Estado do Pará. A investigação reflete os grupos étnicos que compõem a variação multicultural quilombola brasileira, em específico os grupos existentes no Estado do Pará. Viu-se a possibilidade em deslocar o debate historiográfico circundante à história de negros e negras do universo da escravidão para outras análises relacionadas à “História e natureza” ou “História ambiental”. As observações sistemáticas, a troca de informações e a experimentação consubstanciaram técnicas de manejo presenciadas em

várias atividades no território e experimentadas no ambiente doméstico e quintais ou terreiros pertencentes e hoje configurados como territórios quilombolas. Os conhecimentos tradicionais e domínios no tempo presente concebidos como técnicas agroecológicas passaram despercebidos nos registros oficiais e encontram-se arraigados na memória e reproduzido nas modalidades de interação com o ambiente em diversas comunidades quilombolas. O conhecimento produzido no manejo das ervas pelos grupos étnicos na Amazônia sinaliza um contínuo exercício de observação, aprendizagem e experimentação desenvolvidas por séculos em função da necessidade em sobreviver em um ambiente predominantemente natural. Das ervas se utilizam os talos, raízes, seivas, óleos e sucos ou folhas, em especial, com destinações variadas, dentre os quais, lesões e inflamações, regulação do sistema digestivo, dores e febre. As pesquisas têm apontado que o conhecimento sobre as ervas medicinais constitui outra modalidade de domínio em que as mulheres se destacam, no que se refere à identificação como ao manejo e remediação. A reprodução desse conhecimento entre os grupos étnicos ocorre a partir de uma aprendizagem pautada no conhecimento prático e

intergeracional fundamentado na oralidade. Coloca-se a etnicidade como fator importante de agregação no processo de territorialização e continuidade do grupo. Em suas atividades cotidianas elegem as técnicas, equipamentos e estratégias de captura, conforme a coloração e profundidade dos rios e igarapés, frequência e classificação das espécies, quanto ao tamanho, cor, quantidade, comportamento e morfologia. Essas especificações sofrem alterações conforme o calendário do verão ou inverno, permitindo às famílias estabelecerem regras e normas para a captura, assim como planejar e adequar suas necessidades ao uso do território estabelecendo ritmos e combinações alternados em diferentes ecossistemas. A metodologia empregada foi a utilização de registros imagéticos captados por meio da fotografia como recurso que permite uma aproximação de parte da realidade ao se considerar que estão em jogo os critérios de seleção, a responsabilidade do registrador, e o interesse e contexto em que são feitos. Nas imagens estão embutidos os valores sociais concretos e simbólicos que reproduzem uma realidade às vezes destoante da que está sendo “capturada”. Entrevistas serviram de ferramenta para abstrair análises etnográficas que estão para além das

narrativas. Outra ferramenta importante no usada no desenvolvimento deste trabalho foi o georeferenciamento dos territórios com o uso do GPS para auxiliar elaboração de etnomapas contextualizados a partir das contribuições dos quilombolas na construção de “croquis”. Essa técnica de leitura do território se enquadra na *cartografia de esboço* e nos chamados *mapas participativos* como aportes metodológicos que aqui foram utilizados de forma adaptada. Por meio de pequenas reuniões, observações feitas no território e levantamento de dados ao longo das entrevistas, configuraram-se desenhos em que foram selecionados os pontos importantes registrados no território, considerando-se que a definição dos dados sempre deve seguir as indicações dos agentes sociais que passam a recuperar parte das referências históricas relacionadas aos locais de uso e manejo do território que foram sendo modificadas ao longo do processo de construção de suas territorialidades. A investigação realizada em livros e artigos possibilitou o conhecimento a respeito de comunidades quilombolas, sua formação historiográfica, a influência da cultura na formação da identidade individual e a contribuição que cada um dá à comunidade. Grupos de quilombolas são formados por pessoas que fogem de um sistema opressor, buscando se

refugiar em centros, carregando consigo suas lembranças, costumes, que, ao entrarem em contato com outras, acabam por se entrelaçar em uma teia que irá servir como sustentáculo para a identificação e união da comunidade. Percebeu-se a presença de visitantes nas comunidades. Alguns são indígenas que estão apenas como hóspedes, outros foram desempenhar algum trabalho. Existe também a presença de novos integrantes que se dizem ex-indígenas por terem se identificado com o grupo quilombola. Esse caso demonstra que o grupo é mutável, pela presença de novos integrantes e é multicultural, por ter entre seus integrantes membros que já pertenceram ou ainda têm laços fortes de cultura e identidade com outros grupos. Com as visitas feitas a algumas comunidades quilombolas do Nordeste do Pará (Itacoã-Miri em Acará, África e Laranjituba em Moju, Itaboca em Inhamituba e Pitimandeuva em Inhamituba), conseguiu-se compreender questões referentes à manutenção e ao reavivamento do conhecimento tradicional e do saber venatório repassados dentro da comunidade, levando em consideração que as práticas culturais contribuem na formação da memória -- coletiva ou individual --, nos costumes e tradições existentes na comunidade e na sua própria trajetória histórica. Para fortalecer o

reconhecimento por parte da sociedade e do Estado (poder público), nota-se a crescente formação e união das comunidades tradicionais na luta pelo pleno exercício de direitos individuais e coletivos, de igualdade e liberdade dos cidadãos sem considerar gênero, etnia ou religião, direito esse que está previsto na constituição federal de 1988, mas para ser colocado em prática muitas lutas sociais foram e são travadas cotidianamente por pessoas envolvidas direta ou indiretamente na causa. Pôde-se perceber o quanto a memória e as práticas culturais têm uma relação intrínseca, pois em cada comunidade acabam exercendo papel importante na afirmação da identidade étnica, cultural e social. O poder público demonstra relativa falta de conhecimento sobre esses grupos, não consegue compreender a necessidade das comunidades como distintas umas das outras. As diferentes estruturas físicas se notam pela presença de postos de saúde, escolas, creches, transporte coletivo, entre outros itens, que teoricamente seriam indispensáveis, em alguns locais e em outros não. A maior parte das comunidades em que os integrantes se identificam com o grupo contém melhor infraestrutura, mas, em contrapartida, as que não estão com o mesmo grau de ligação entre seus membros são as em

que, na maioria dos casos, faltam escolas para nível médio, fundamental e creches, em outras não existem unidades de saúde e o transporte coletivo inexistente ou é precário. São necessários mais estudos participativos por parte da academia, que, no momento, parece ser, juntamente com os movimentos sociais, a grande esperança do reconhecimento dos direitos violados dessas comunidades e da busca de novas estratégias de gestão e formulação de projetos efetivos às especificidades de cada quilombo, contribuindo para futuros debates antropológicos de caráter acadêmico ou não.

Palavras-chave: Memórias e Saberes Tradicionais. Quilombolas no Nordeste Paraense. História e Cultura Afro-Brasileira.